



# Anais da Assembléia

Nº 61

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, 27 DE JUNHO DE 1984

ANO X

## Resolução:

RESOLUÇÃO N.º 058/84

DATA: 29 de junho de 1984.

SÚMULA: Fixa remuneração do Deputado Estadual, com vigência à partir de 01 de julho de 1984.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º - A remuneração do Deputado Estadual será de 2/3 (dois terços) do que percebem, a quaisquer títulos, os Deputados Federais.

Art. 2.º - A parte fixa dos subsídios e a ajuda de custo, serão pagas proporcionalmente ao que percebem, sob esses mesmos títulos, os Deputados Federais; a soma da parte variável e das sessões extraordinárias corresponderão à 2/3 (dois terços) dos valores que a estes forem atribuídos por comparecimento a sessões no âmbito do Poder Legislativo Federal.

Art. 3.º - Esta Resolução entrará em vigor no dia 01 de julho de 1984, ficando revogados o artigo 1.º da Resolução n.º 06, de 03 de janeiro de 1983 e demais disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 29 de junho de 1984.

(a) TRAJANO BASTOS  
Presidente

## 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA ATA DA 56.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 1984 (QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Trajano Bastos, secretariada pelos Senhores Deputados Rubens Bueno e Nilso Sguarezi.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Annibelli, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias

Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Guibert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedida Preferência de Votação aos Projetos de Lei n.º 141 e 49/84 e aos Projetos de Resolução de n.º 113 e 108/84, constantes da Ordem do Dia, de hoje.

Sala das Sessões, em 27/06/84.

(a) NILSO SGUAREZI  
Líder do Governo

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja concedida Dispensa de Publicação da Redação Final ao Projeto de Lei Complementar n.º 216/83, aos Projetos de Lei n.º 12, 46, 48, 49, 50, 56, 57, 83, 86, 88, 94 e 141/84, e aos Projetos de Resolução de n.º 108 e 113/84.

Sala das Sessões, em 27/06/84.

(a) NILSO SGUAREZI  
Líder do Governo

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja oficiado o presente, à Comissão Executiva desta Casa Legislativa, com as seguintes indagações:

- 1 - Qual a razão da não colocação a disposição de um veículo, até a data de hoje, para a 4.<sup>a</sup> Secretaria?
- 2 - Qual o destino dado ao pedido anterior que tratava do mesmo assunto?
- 3 - Se existe algum impedimento legal ou regimental que impeça que a digna Comissão Executiva cumpra ou determine que seja cumprido a presente solicitação?
- 4 - Em não havendo, quando será colocado a serviço da 4.<sup>a</sup> Secretaria o veículo solicitado?

Sala das Sessões, em 27/06/84.

(a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a consigna-ção de um voto de profundo pesar pelo falecimento do menino Fred, ocorrido de maneira trágica, na piscina de sua casa em Londrina. A tragédia foi agravada quando a tia do menino, Dona Neusa, ao vir de Cuia-bá para o enterro, sofreu acidente automo-bilístico e também faleceu.

Requer, outrossim, que o pai da vítima, engenheiro José Branco Delgado, seja cientificado do teor do presente requerimento. Endereço: Rua Isaías Canete, 360 - Londrina.

Sala das Sessões, em 27/06/84.

(a) ANTÔNIO BELINATI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Tereza Batagini, ocorrido recentemente na cidade de Terra Boa.

A Senhora Tereza Bagatini como profes-sora, em razão especialmente de sua dedica-ção e capacidade profissional, sempre teve destacável papel em todo processo educa-cional de Terra Boa nos níveis existentes.

O seu desaparecimento abre uma lacuna muito grande na comunidade educacional as-sim como no conjunto da sociedade de Terra Boa.

Sala das Sessões, em 27/06/84.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Ple-nário, a consignação da Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor Santo Marcene de Paula, residente na municipalidade de Terra Boa.

O crescimento que se deu desde os pri-meiros instantes em Terra Boa só foi pos-sível se tornar realidade graças ao traba-lho pioneiro dos seus primeiros moradores, que lá se instalaram atraídos especialmen-te pelo alto teor de fertilidade do solo, fato que bem justifica o nome daquela ci-dade.

Neste contexto de tal processo desen-volvimentista destaca-se a pessoa do se-nhor Santo Marcene de Paula, um dos pio-neiros que mais acreditou na potencialida-de daquela região estando a história de Terra Boa em muito relacionada a fatos e ações praticados por aquele comerciante de adubos.

Portanto, o seu desaparecimento pouco antes de completar 59 anos de idade, en-tristece aquela coletividade, que de luto, lamenta o falecimento de um dos seus mais importantes moradores.

Sala das Sessões, em 27/06/84.

(a) RUBENS BUENO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, RE-QUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata da presente sessão, um voto de pro-fundo pesar pelo falecimento das Senhoritas MARGA SCHARTNER e ELEONORA SCHARTNER, ocorrido em Palmeira, em consequência de lamentável acidente registrado no último domingo.

O acontecimento veio enlutar a Colônia Witmarsum onde as jovens eram muito esti-madas e, por extensão, a família paranaen-se.

Requer, ainda, aprovado este requeri-mento, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, à Igreja Evangélica Ir-mãos Menonitas de Witmarsum e ao Colégio Fritz Kliewer.

Sala das Sessões, em 27/06/84.

(a) EZEQUIAS LOSSO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Ple-nário, a consignação da ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações

à Rádio Clube Paranaense pela comemoração no dia de hoje dos seus sessenta anos de fundação, na cidade de Curitiba, com conseqüente encaminhamento do presente requerimento ao Ilustríssimo Doutor Ubiratan Lustosa, Digníssimo Diretor Geral.

O Senhor Lírio Moreira, que na época residia no Bairro Juvevê, foi o primeiro rádio-amador do Brasil, fato que há muitos idos atrás representava o despertar de muitos curiosos, característica esta que motivou aquele Senhor a promover reuniões freqüentes em sua modesta residência para que todos desfrutassem do som daquele aparelho, surgindo então, o chamado Clube dos Amigos do Rádio.

A Rádio Clube Paranaense foi a primeira emissora que surgiu em nosso Estado graças ao pioneirismo dos entusiastas que constituíam aquelas primeiras reuniões.

Foi a Rádio Clube a primeira emissora a transmitir diretamente dos seus estúdios a novela, que aliás, marcou época no rádio nacional, permitindo o surgimento de artistas do rádio que a partir de suas participações adquiriram até mesmo grande projeção.

Objetivando ampliar a potencialidade dos seus aparelhos transmissores, a Rádio Clube, mesmo diante das dificuldades existentes, na época, especialmente o caríssimo material que compõe uma rádio, tornou-se a primeira a desenvolver cobertura fora do perímetro urbano, atingindo grande alcance.

Dada a importância inquestionável da Rádio Clube Paranaense, a mesma passou também a ser a primeira a transmitir para o exterior, através de uma ótima seleção de músicas assim como a apresentação de um jornalismo voltado para a realidade dos fatos.

Sem dúvida alguma a história não apenas nos meios de comunicação do Brasil e do Estado do Paraná tem um dos seus mais importantes e fiéis registros feitos pela Rádio Clube Paranaense, que foi a primeira emissora deste Estado e oficialmente a terceira do Brasil, embora hajam dados que apontem como a segunda.

Portanto, não poderia deixar de fazer este registro aos sessenta anos dessa conceituada emissora de rádio, que conta nos dias de hoje, como desde os seus primeiros instantes de existência, o respeito do povo paranaense, cuja característica mais marcante é o seu pioneirismo, comprovado recentemente quando da votação da Emenda Dante de Oliveira prevendo o restabelecimento imediato das eleições diretas para a Presidência da República, transmitindo diretamente do Congresso Nacional para todo o Brasil, mesmo diante das repudiadas medidas de emergência, sendo a primeira emissora do Brasil a praticar tal ato.

Sala das Sessões, em 27/06/84.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações ao Município de Clevelândia, pelo transcurso dos 92 anos de sua emancipação política, amanhã, dia 28 de junho.

Minha terra natal e berço do desbravamento do Sudoeste do Paraná, Clevelândia comemora, amanhã, com toda a intensidade e uma extensa programação festiva, a sua data máxima.

É de justiça, portanto, que tal evento receba os cumprimentos desta Casa de Leis.

Outrossim, solicitamos que da decisão deste Plenário, seja dado ciência ao Senhor Prefeito Municipal Idevaldo Zardo, que, com raro brilhantismo, vem administrando nosso município, bem como, à Câmara Municipal, composta por vereadores ilustres e bem intencionados, que muito têm contribuído para o sucesso da atual administração.

Sala das Sessões, em 27/06/84.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata um voto de regozijo à Rádio Clube Paranaense, pelo transcurso de seus sessenta anos de existência, que ocorre nesta data, fundada que foi a 27 de junho de 1924, primeira emissora de rádio do Paraná e uma das pioneiras da radiodifusão brasileira.

A Rádio Clube Paranaense, popularmente conhecida Brasil afora e mesmo no exterior longínquo, como "B-2", sob a direção da Fundação Nossa Senhora do Rocio, opera com suas emissoras de ondas médias, ondas curtas e ainda transmitindo em freqüência modulada. É hoje o grande vínculo de comunicação do Paraná com o mundo, informando com precisão, opinando dentro de uma visão cristã de apoio às causas mais justas da comunidade, oferecendo o lazer de uma boa programação musical, exercendo papel pedagógico em campanhas de interesse público. Seu passado de serviços e seu presente de decisiva presença na vida nacional são garantias de que a emissora é hoje peça indissociável da vida paranaense. O rádio realizado pela Clube Paranaense coloca-a, hoje, em posição ímpar na vida da radiofonia brasileira, de que é melhor atestado o seu incontável público fiel, qualificado,

espalhado em todos os rincões do território nacional.

Outrossim, solicito que da decisão deste Plenário seja dada ciência à direção da Fundação Nossa Senhora do Rocio, mantenedora da Rádio Clube Paranaense.

Sala das Sessões, em 27/06/84.

(a) AIRTON CORDEIRO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja registrado um voto de regozijo para a menina Sylvanna Lisboa de Miranda que representará o Brasil na "VI Gala Internacional dos Pequenos Cantores" a realizar-se em Figueira da Foz, nos dias 07 e 08 de julho próximo.

Sala das Sessões, em 27/06/84.

(a) OSVALDO ALENCAR FURTADO

#### JUSTIFICATIVA:

Sylvanna Lisboa de Miranda levará a Portugal o canto do Brasil.

Menina de nove anos de idade, terceira filha de casal modesto, Rozi Maria e Air Mariano Grenier Lisboa de Miranda, iniciou sua formação musical aos sete anos na escolinha do bairro de Santa Quitéria, onde reside, no coral "Som Peralta" sob a orientação da Professora Maria Dulce Gonçalves Leandro.

Com a extinção desse coral, que era mantido pela Fundação Cultural de Curitiba, a regente solicitou para a menina, uma vaga no coral infantil do Colégio Dom Bosco, do qual passou a fazer parte a partir de março de 1984 através de bolsa de estudos que lhe foi concedida.

Por intermédio da mesma professora passou a estudar piano com a Professora Deloisse Antunes Chagas Lima.

Tendo participado do concurso I Gala Nacional dos Pequenos Cantores, em Curitiba, onde concorreu com oitenta crianças de todas as regiões do País, foi designada por júri nacional, para representar o Brasil na VI Gala Internacional de Pequenos Cantores.

Essa iniciativa do Governo Português, através da sua Secretaria do Turismo, reúne anualmente crianças de todo mundo, e visa incentivar o culto da música da terra onde nasceram.

Sylvanna cantará vestindo traje típico do Paraná, nos dias 07 e 08 de julho, no Estoril de Foz da Figueira, composições de Dorival Caymi e Vinicius de Moraes.

Pela primeira vez, o Brasil será representado nesse importante acontecimento musical que envolve o oriente e o ocidente.

À nossa pequena embaixatriz, desejamos pleno êxito nessa apresentação e que con-

tinue com entusiasmo a carreira que se inicia com tanto brilhantismo.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso das atribuições regimentais que lhe confere o Regimento Interno, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de aplauso ao INSTITUTO DE ENGENHARIA DO PARANÁ pela promoção e organização do VII Encontro Nacional da Construção e da Exposição Nacional de Construção - EXPO-ENCO/84, a serem realizados em Curitiba, respectivamente nos períodos de 15 a 19 de julho do corrente ano, e de 14 a 22 do mesmo mês.

Outrossim, uma vez aprovado o presente requerimento, seja dado ciência ao Instituto de Engenharia do Paraná, na pessoa de seu Presidente, Engenheiro Luiz Carlos Pereira Tourinho.

Sala das Sessões, em 27/06/84.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

#### JUSTIFICATIVA:

A importância desta responsabilidade atesta o elevado conceito que o IEP desfruta entre seus pares. O fato de Curitiba sediar este evento faz com que nossa Capital se torne um grande fórum de debates tecnológicos, sociais e políticos pois, a Construção Brasileira reflete hoje os mais profundos problemas nacionais e suas graves conseqüências.

Uma série de providências vem sendo tomadas pelo IEP a fim de corresponder às expectativas entre as quais o contato da Comissão Organizadora com a Associação Paranaense de Empreiteiros de Obras Públicas - através de seu presidente, Engenheiro José Alberto Pereira Ribeiro e demais membros da diretoria - que emprestou ao Encontro seu indispensável apoio.

Um concurso de idéias ou concepções sobre aspectos da Construção "Prêmio Nacional da Construção - 1984" foi instituído e seu resultado será divulgado no Encontro. As comissões técnicas, mesas-redondas e painéis darão uma real avaliação do atual estágio tecnológico da Construção Brasileira e sua conotação com a crise política.

A sociedade civil, a classe política e o operariado em especial, receberão importante contribuição com esta análise, fato que engrandece e justifica nosso apoio e colaboração. Nesta oportunidade, conclamamos a todos os associados do IEP e demais interessados à participação efetiva do evento para que, através da prática democrática, sejam encontradas alternativas de solução da crise que arrocha a construção brasileira.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o Regimento Interno, REQUER, um voto de saudação pelo transcurso do Centenário de Nascimento de ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES, médico e farmacêutico baiano, ilustre tronco de tradicional família paranaense, a ocorrer em 08 de julho próximo futuro.

Alfredo de Assis Gonçalves sempre fez da Medicina o instrumento para servir os menos favorecidos.

No campo da administração se fez presente como um dos fundadores da Universidade Federal do Paraná, quando regeu diversas cadeiras dos cursos de Medicina e de Farmácia, tendo sido incluído como "Lente Catedrático do Curso de Medicina". Na mesma Faculdade exerceu o cargo de Secretário Geral.

O Dr. Alfredo Gonçalves foi também Provedor da Maternidade do Paraná, membro do Conselho Técnico e Administrativo das Faculdades de Medicina e de Direito e Diretor do Instituto Pasteur. Foi pioneiro na execução as atividades relacionadas com a assistência social. A Sociedade Socorro aos Necessitados teve em Alfredo Assis Gonçalves um de seus fundadores, sendo um de seus diretores, tendo igualmente participado do Conselho Penitenciário do Estado.

Aposentado no cargo de Assistente da Seção de Profilaxia da Raiva do Departamento de Saúde Pública do Estado, tendo falecido quando se encontrava na direção da então recém-criada Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná.

Sala das Sessões, em 27/06/84.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, seja enviado expediente ao BNH e BNDES, solicitando a imediata liberação de recursos pleiteados pela SANEPAR, para implantação do Programa Paranaense de Fluoretação da Água Potável, conforme projeto que tramita naqueles órgãos federais.

Requer, ainda, que a decisão da Casa seja comunicada à SANEPAR, na pessoa do seu Presidente, e ao Excelentíssimo Senhor Doutor Lauro Consentino Filho, Chefe da Divisão de Odontologia Sanitária da Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social.

Sala das Sessões, em 27/06/84.

(a) NILSO SGUAREZI

## JUSTIFICATIVA:

A cárie dental é uma das doenças mais

frequentes e difundidas do mundo, atingindo, indiferentemente, qualquer raça, numa proporção de 99% da população.

Aparece pouco depois da erupção dos dentes temporários, atacando, sucessivamente, todos os dentes aos trinta anos de idade. O Brasil tem mais de trinta milhões de desdentados. Aliás, chega a bater o recorde nesta área, na América Latina, segundo dizem alguns especialistas. E mais, apresenta uma média de 7,2 dentes permanentes atingidos pela cárie, perdidos ou obturados, por crianças de doze anos. De acordo com critérios da Organização Mundial de Saúde (OMS), o índice máximo de CPO (dentes perdidos, cariados e obturados) aceito numa criança de doze anos, é de 3,0. E o Brasil está com 7,2. As consequências dessa enfermidade são várias, especialmente na infância e na adolescência, traduzidas em perda dentária e redução da função mastigatória, que levam a uma nutrição deficiente e a um baixo rendimento escolar, além de danosas repercussões psicológicas e sociais.

Isto leva à conclusão de que a Odontologia se constitui em importante área do setor SAÚDE, e no entanto, vem sendo tradicionalmente deixada à margem de programas globais de saúde, quer devido à não implementação de tecnologia adequada ao bloqueio das doenças bucais, como ao elevado custo dos serviços odontológicos.

Isto deixa claro a urgência de se implantar uma política adequada de saúde bucal, voltada para as necessidades da população e embasada nos princípios de "Promoção da Saúde". Sabe-se que o controle deste problema somente por métodos curativos, dado a sua magnitude, torna-se impossível, pois, os recursos humanos disponíveis são insuficientes para atender as necessidades acumuladas. Apenas ações curativas não resolverão os problemas básicos de saúde oral. Para alcançar este alvo, é necessário a mudança do enfoque do binômio DIAGNÓSTICO/TRATAMENTO para o de EPIDEMIOLOGIA/PREVENÇÃO, propiciando modificações no atual sistema de Odontologia, que estimulem a adoção de técnicas e procedimentos de menor complexidade, voltadas para beneficiar maior número de pessoas.

Ademais, é indispensável a efetiva utilização de meios preventivos, seja no seu sentido estrito, evitando que as lesões ocorram, e procurando neutralizar aquelas que já estiverem instaladas; seja em sentido mais amplo - propiciando condições para que esta doença não se instale através de medidas coletivas de atenção à saúde.

Dentre os meios preventivos da cárie dental, desaca-se a adição de flúor à água de abastecimento público, que reduz em até 65% sua incidência quando ingerido durante

toda a vida, diminuindo, portanto, significativamente, as necessidades de tratamento. É um meio prático e econômico; prático, porque atinge facilmente a população servida por água de abastecimento público; econômico, porque o seu custo/benefício é baixo, representando apenas Cr\$ 150,00 por pessoa/ano no Paraná, enquanto, cada tratamento curativo proporcionado pelos serviços institucionais do Estado, custa em média Cr\$ 29.000,00.

No Brasil, em 1953, a Fundação SESP iniciou em Baixo Guandu, no Espírito Santo, um projeto de fluoretação artificial, utilizando o Fluorsilicato de Sódio, que após dez anos, reduziu a incidência da cárie em 68,5% na faixa etária de 6-10 anos.

Em Curitiba, após o uso de flúor, veiculado pela água de abastecimento público, nas idades seis a doze anos, registrou-se a redução média de 38,4% na prevalência da cárie em dentes permanentes, de 1958 a 1981, segundo dados dos Serviços de Odontologia Sanitária da Secretaria de Saúde e do Bem-Estar Social e da Prefeitura Municipal.

No Paraná, a SANEPAR mantém, atualmente, 21 sistemas de abastecimento de água fluoretada. Pretende-se ampliar esta situação para todos os municípios onde existe água em que a captação é efetuada por mananciais de superfícies, beneficiando, desta maneira, aproximadamente 4.500.000 pessoas, ou seja, 81% da população paranaense. Este empreendimento, segundo dados da SANEPAR, deve importar em um total de Cr\$ 600.000.000,00 (dados de fevereiro de 1984), valor irrisório quando analisado seu custo/benefício (Cr\$ 150,00/pessoa).

Em 1975, o Presidente Ernesto Geisel assinava o Decreto n.º 75.872, que regulamentava a Lei n.º 6.050, de 24 de maio de 1974, que dispõe sobre a fluoretação de água em sistemas públicos de abastecimento.

O texto da lei falava da obrigatoriedade de fluoretar todas as redes de abastecimento público, em cidades brasileiras com mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes, e dizia mais: o prazo estabelecido pelo Ministério da Saúde era de dez anos. Infelizmente, foi mais uma lei não cumprida.

Em 12 de julho de 1983, o Presidente João Figueiredo assinava uma liberação de verba com recursos do FINSOCIAL; a importância de quatro bilhões de cruzeiros para fluoretação de água de abastecimento.

Os recursos seriam repassados ao BNH e deste para as companhias de saneamento estaduais. A Secretaria da Saúde, junto com a SANEPAR, enviou em agosto do mesmo ano, um projeto para implantação desse benefício em todos os municípios paranaenses, que têm captação natural de água.

A proposta foi aprovada com méritos pelo BNH, e segundo notícias não oficiais, a parcela para o presente ano seria no valor de Cr\$ 168.000.000,00. Recursos, estes, até agora não liberados.

Independente de locação fora do Estado, a SANEPAR implantou recentemente, nos Municípios de Araucária, Toledo, Irati e Francisco Beltrão.

A proposta, tendo em vista o CUSTO/BENEFÍCIO ser extremamente pequeno, seria, uma vez esgotadas as tentativas a nível federal, que o Governo do Estado do Paraná, através da SANEPAR, arque com os recursos necessários para a implantação do projeto.

Desta maneira, colocaria o nosso Estado na vanguarda da Odontologia Social a nível nacional.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social encarecendo a criação e instalação de um posto de saúde na localidade de Bela Vista do Piquiri, pertencente à municipalidade de Nova Cantu.

De iniciativa do Excelentíssimo Senhor Walmiko Pereira, Prefeito Municipal de Nova Cantu, este afirma ser de fundamental importância a existência de um posto de saúde, uma vez que através do mesmo será possível possibilitar oferecer um atendimento em termos de assistência médica e preventiva.

Atualmente, os habitantes da localidade de Bela Vista do Piquiri estão desprovidos de uma unidade de saúde, fato que inclusive causa há muito tempo sérios transtornos, notadamente nos casos de emergência, fato que motivou o presente requerimento.

Neste sentido, aguarda-se dessa Secretaria de Estado da Saúde e Bem-Estar Social o devido encaminhamento do que ora é reivindicado, em face da importância discurrida.

Sala das Sessões, em 27/06/84.

(a) RUBENS BUENO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes no sentido de que seja autorizada a realização de estudos apropriados visando avaliar

as reais possibilidades de se desviar o tráfego atualmente existente na rodovia PR-317, no trecho contido na região pertencente à Municipalidade de Engenheiro Beltrão.

A Rodovia PR-317 que liga o Município de Maringá ao Município de Campo Mourão, a mesma integra diretamente dois importantes Municípios pertencentes a Micro-Região 12, ou seja: Engenheiro Beltrão e Peabiru. Serve ainda a PR-317, de ligação indireta a outras rodovias da região como: PR-82 (Quinta do Sol- Fênix) que por sua vez dá acesso ao Município de Barbosa Ferraz; esta mesma rodovia (082) em outro sentido liga indiretamente o Município de Terra Boa ao Município de Cianorte. Já a rodovia PR-465 parte da PR-317 pelo Município de Peabiru até o Município de Araruna.

Com as citações acima das ligações entre aqueles diversos municípios, pode-se notar facilmente que em razão da importância daquelas estradas é de conhecimento que o número de automóveis que trafegam é bastante alto.

Neste sentido, na Cidade de Engenheiro Beltrão as autoridades, de um modo em geral, assim como as lideranças do comércio e entidades de classe, tem se mostrado muita preocupação no que diz respeito ao grande número de automóveis que transitam nas mencionadas rodovias, onde praticamente todas as direções a serem tomadas pelos mesmos inevitavelmente possam dentro do Município de Engenheiro Beltrão.

Nos últimos anos, verificou-se um crescimento bastante acentuado em Engenheiro Beltrão, o que permitiu entre outras coisas, o aparecimento de novas casas comerciais e residenciais, que de um lado da cidade já atingiu há muito tempo a rodovia PR-317. Tal fato, quanto à presença de tais edificações faz com que haja conseqüentemente, grande fluxo de pessoas. Neste sentido, aumenta a cada dia o risco de acidentes envolvendo veículos e transeuntes nas margens daquela rodovia pavimentada, fato que até mesmo tem sido normal, causando inclusive acidentes de graves e enormes proporções.

Diante de tais fatos, o Excelentíssimo Senhor Sebastião de Assis, Nobre Vereador da Câmara Municipal de Engenheiro Beltrão tem manifestado sua preocupação em relação àquela rodovia, onde o mesmo tem insistentemente defendido que há a real necessidade de se adotar medidas que contribuam definitivamente na eliminação dos problemas decorridos da falta de segurança anteriormente citada. Também como sugestão, aquele vereador, pertencente à Bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro propõe que a Secretaria de Estado dos Transportes, determine a realização de estudos sobre a viabilidade de se construir um

viaduto no local ou a construção de uma via que desvie o tráfego que atualmente passa praticamente dentro do perímetro urbano.

Sala das Sessões, em 27/06/84.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que subscrevem o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiados ao Senhor Frank Silva e Senhora Rose Raquel Silva, diretores do Jornal "O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ", enviado votos de congratulações deste Poder Legislativo Estadual, à Diretoria e equipe daquele órgão de imprensa, por ocasião da passagem de mais um aniversário do citado órgão de imprensa. (décimo aniversário).

Sala das Sessões, em 27/06/84.

(aa) TADEU FRANÇA e FERRARI JÚNIOR.

#### JUSTIFICATIVA:

Mais um ano de atividades jornalística comemora o Jornal "O DIÁRIO DO NORTE DO PARANÁ", órgão de imprensa regional, com sede no município de Maringá.

Com veiculação em vasta região do Estado do Paraná e mesmo em outros do Brasil, aquele órgão de imprensa vem-se impondo como um meio de comunicação sério de competência comprovada e de grande prestígio.

Daí pauta a razão deste nosso requerimento.

#### REQUERIMENTO

SÚMULA: REQUER envio de expediente ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, através do Ministério da Agricultura no sentido de que sejam fornecidas informações a respeito de quais são os motivos que determinam o desconto do município e não do governo Federal (C.N.A.) o ITR (Imposto Territorial Rural), quando o Município é declarado em estado de emergência.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustre Senhor Presidente do INCRA-Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, através do Excelentíssimo Senhor Ministro da Agricultura no sentido de que sejam fornecidas informações a respeito de quais são os motivos



que efetivamente determinam o desconto do município e não do Governo Federal (C.N.A.) o ITR - Imposto Territorial Rural, nos casos em que o município é declarado em estado de emergência.

O presente requerimento solicitando informações se faz necessário tendo em vista as preocupações manifestadas pelo Excelentíssimo Senhor Arnaldo Coneglian, Prefeito Municipal de Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 27/06/84.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER seja enviado expediente à Reitoria e ao Diretório Central dos Estudantes da Universidade Católica do Paraná, propondo a constituição de uma comissão de Deputados (dois de cada bancada) para oferecer a intermediação da Assembléia Legislativa do Estado para solução da greve dos estudantes da referida Universidade.

Sala das Sessões, em 27/06/84.

(a) AIRTON CORDEIRO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, Doutor José Richa, para que determine à Secretaria de Estado da Agricultura, mais especialmente à CAFE DO PARANÁ, a instalação de uma unidade de Beneficiamento de Mel, no Município de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 27/06/84.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

#### JUSTIFICATIVA:

Ponta Grossa, pela sua localização estratégica econômica e política, e também por concentrar em torno de si, a maior área e população do pro-rural, é o melhor centro de localização de obras que venham beneficiar esta região do pro-rural, composta por sessenta e dois municípios.

Ao público assistido pelo pro-rural, ou seja, aos pequenos produtores têm-se desenvolvido na área agrícola, atividades como apicultura, altamente rentável e com grande potencial de desenvolvimento, existindo já, grandes colheitas de mel, ceras e outros produtos apícolas, tornando-se uma atividade importante para milhares de famílias, comercializando quantidades superiores a um milhão de toneladas de mel.

Pelo exposto, urge instalar em Ponta Grossa uma UNIDADE DE BENEFICIAMENTO DE MEL, para que o produto paranaense possa

ser homogenizado, classificado e embalado, para conquistar fatias recompensadoras do mercado nacional e internacional.

Tal obra poderia ainda, atuar como centro de comercialização, regulador de preço e estoque, promovendo uma renda ao pequeno produtor, estável e segura, e ao consumidor um produto padronizado e saudável.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde e Bem Estar Social, objetivando maior apoio para o setor de saúde e assistência médica-hospitalar existente na Municipalidade de Barbosa Ferraz.

O Município de Barbosa Ferraz com uma população que ultrapassa trinta e sei mil pessoas, sendo vinte e cinco mil moradores na área rural e o restante, pouco mais de dez mil, residentes no perímetro urbano. Tais dados, somados a muitos outros existentes, notadamente nas áreas rurais, que aliás representam o sustentáculo social e econômico daquela rica e imensa região, constituída especialmente de propriedades de pequeno e médio porte, em sua maioria.

A predominância da população rural é uma característica marcante de Barbosa Ferraz em todos os sentidos, havendo a imperiosa necessidade de planejar o seu desenvolvimento colocando como questão central e prioritária.

Neste sentido, os trabalhadores rurais daquele município necessitam de uma assistência médica e hospitalar a altura do seu porte, especialmente porque a maioria dos que residem na Zona agrícola e pecuária já sofrem um certo isolamento em relação à sede do município, em face da distância, além de que os mesmos apresentam em sua maioria uma condição social que se enquadra dentro da faixa de baixa renda. Logo, conclue-se que os ruralista estão desprovidos de desfrutar de atendimentos condizentes com o seu baixo poder de aquisição.

Diante desta realidade conjuntural, a Administração Municipal de Barbosa Ferraz, através do Excelentíssimo Senhor Arnaldo Coneglian, Chefe do Executivo, têm demonstrado enorme respeito ao segmento da saúde oferecida à população. O Poder Público Municipal não tem medido esforços para colocar em prática medidas que possam ao menos amenizar tais situações.

Portanto, faz-se necessária a adoção de uma política capaz de efetivamente proporcionar a ampliação da estrutura existente, que nos dias de hoje, conforme in-



forma o Prefeito Municipal é insuficiente e até mesmo inoperante em certos casos, sendo tal problemática a mais séria enfrentada no âmbito de Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 27/06/84.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Diretor Presidente da Sanepar-Saneamento do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior no sentido de que seja determinada urgentemente o exame quanto ao teor de água consumida pela população da Municipalidade de Engenheiro Beltrão.

É grandiosa a preocupação da coletividade de Engenheiro Beltrão quanto à água que se consome atualmente, e que segundo uma série de reclamações, a mesma representa até mesmo alguns perigos, uma vez que até mesmo é ventilada a possibilidade de estar contaminada.

Dado tal realidade conjuntural, o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Engenheiro Beltrão Anésio José da Rosa e do Senhor Cícero Leite da Silva, Presidente do Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro de Engenheiro Beltrão, ambos afirmem que o estado da água consumida necessita de melhores tratamentos, fato que talvez pode ser resolvido de imediato com a revisão do sistema de tratamento e distribuição.

Em face de tal realidade, espera-se dessa Secretaria de Estado do Interior juntamente com a Sanepar, o necessário encaminhamento quanto ao problema da água existente na Municipalidade de Engenheiro Beltrão, com base nas reivindicações daquele Prefeito e do Presidente do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (Diretório Municipal).

Sala das Sessões, em 27/06/84.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Ilustríssima Diretora Superintendente da Fundepar-Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação encarecendo a imediata liberação de maior quantidade de merenda escolar para a Escola Estadual Monteiro Lobato - Ensino de 1.º Grau, localizada na Municipalidade de

Terra Boa.

Trata-se a presente iniciativa, da Senhora Mirian Ribeiro Rafael, Digníssima Diretora daquele educandário que afirma, conforme ofício enviado a este Deputado que abaixo subscreve, que é imprescindível que haja a liberação de maior quantidade de merenda escolar, uma vez que os produtos enviados foram insuficientes, dado ao grande número de alunos.

Segundo ainda aquela Diretora torna-se praticamente inviável realizar campanhas de doações por parte dos alunos e pais, já que estes são de camadas de baixa renda, fato que justifica mais ainda a necessidade de assegurar àqueles alunos carentes a merenda escolar.

Em face dos motivos apresentados por aquela direção daquele estabelecimento educacional neste requerimento relatados, espera-se que seja avaliada a possibilidade de providenciar o pronto atendimento do assunto discorrido.

Sala das Sessões, em 17/06/84.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o Regimento Interno, REQUER, ouvido o Plenário, seja oficiado à Secretaria de Estado das Finanças, no sentido de proceder os estudos necessários visando a instalação de uma agência bancária e ou posto de atendimento do Banco do Estado do Paraná, no Bairro de Campo Comprido, nesta Capital.

Tal medida se faz necessaria devido à grande densidade demográfica ali existente, além de que tal iniciativa propiciará a descentralização dos empréstimos bancários, e ainda o acesso facilitado e com reduzido dispêndio para faixas socialmente minoritárias da população, objetivando, como consequência, os ideais de uma política financeira de governo realmente voltada às necessidades daqueles cuja situação vem sendo duramente atingida pela recessão econômica imposta à Nação.

Sala das Sessões, em 27/06/84.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário, seja enviado expediente à Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, visando a extensão da rede de iluminação pública nos trechos compreendidos entre a Avenida Senador Salgado Filho - início do viaduto da Avenida Comendador Franco (Avenida das Torres) no Jardim Centauro e a Boneca do Iguaçu, em

São José dos Pinhais (sentido Curitiba/São José dos Pinhais) e no trecho que liga a Boneca do Iguaçu em São José dos Pinhais e o término do viaduto da Avenida Comendador Franco (Avenidas das Torres) no Jardim Centauro em Curitiba (sentido São José dos Pinhais/Curitiba), conforme croqui anexo.

O presente requerimento prende-se ao fato de que principalmente nesta época do ano, a grande intensidade de neblina naquelas imediações provocando a falta de visibilidade por parte de pedestres e motoristas que transitam por aquelas importantes vias públicas, paralelo a falta de sinalização adequada, possibilitando graves perigos e acidentes.

Uma vez aprovada a presente proposição seja oficiado ao Prefeito Municipal de São José dos Pinhais, Senhor João Batista Ferreira da Cruz e ao Prefeito Municipal de Curitiba, Senhor Maurício Fruet.

Sala das Sessões, em 27/06/84.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após apreciação e anuência do Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Doutor DENI LINEU SCHWARTZ, no sentido de solicitar a inclusão da Estrada Municipal que liga a Cidade de Centenário do Sul à Cidade de Miraselva, no Sistema Rodoviário Estadual. Tal pretensão baseia-se na grande aspiração popular dos dois municípios do Norte do Paraná e que virá facilitar a conservação e futura pavimentação desse trecho rodoviário de 20 Km beneficiando enormemente a comunicação com a Cidade de Londrina, pólo daquela região.

Numa época em que o preço do combustível aumenta em proporções exageradas, uma boa conservação de estrada é fator importante na movimentação de tráfego pesado de escoamento da safra agrícola.

Por razões essas, sabemos ser fundamental importância a solicitação ora proposta.

Sala das Sessões, em 27/06/84.

(a) HOMERO OGUIDO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, que lhe confere o Regimento Interno, REQUER, ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Coordenador da Bancada do PMDB no Congresso Nacional, solicitando o empenho no sentido da aprovação de regulamentação profissional dos técnicos em processamento de dados em tramitação na referida Casa de Leis.

Outrossim, uma vez aprovada a presente proposição, seja dada ciência da mesma à Associação dos Profissionais em Processamento de Dados do Paraná - APPD/PR., e à Associação dos Profissionais em Processamento de Dados - APPD/Nacional.

Sala das Sessões, em 27/06/84.

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

#### JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista o Projeto de Lei n.º 05/83, aprovado pela Câmara dos Deputados, que regulamenta a profissão e o trabalho dos profissionais em processamento de Dados e sobretudo o direito inalienável destes trabalhadores se afirmarem como Classe profissional, a aprovação do referido projeto pelo Senado Federal se torna fundamental.

Considerando a importância dos serviços prestados pela referida classe nos dias que correm e já indispensável colaboração prestada pelos computadores - ferramentas de auxílio aos matemáticos e em extensão à grande maioria das atividades do homem de hoje - tal proposta e sua consequente aprovação se fazem urgentes.

Aproximadamente mil profissionais prestam serviço na área de informática sem que haja um organismo de defesa de seus interesses pela ausência de uma regulamentação efetiva da classe. Necessária se faz uma disciplina quanto aos usos e costumes de trabalho tais como os requisitos mínimos necessários para o exercício da profissão e a criação de um órgão fiscalizador específico, entre outros.

Neste momento político brasileiro em que a organização da sociedade civil é "pedra de toque" para a caminhada em busca da redemocratização e a retomada do desenvolvimento econômico, a regulamentação da profissão dos nossos homens que manejam o Processamento de Dados exige aprovação imediata. Com tal medida haverá considerável reforço à organização sindical à participação de mais uma importante classe nas lutas unitárias dos trabalhadores e, acima de tudo, um passo à frente na defesa de uma Política Nacional de Informática que deve estar voltada para os reais interesses da nação.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 157/84

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º - Fica reduzidos em 70% os percentuais incidentes sobre o valor de referência regional, de que trata o Anexo I - da Lei n.º 7.711 de 29/12/83. (Taxa de serviços do Detran).

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

posições em contrário.

Sala das Sessões, em 27/06/84.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

#### JUSTIFICATIVA:

O aumento irreal e desenfrado nas taxas dos serviços do Departamento de Trânsito, vêm causando à população paranaense clima de revolta e insatisfação.

Para se ter uma base do aumento sofrido nos serviços de trânsito, faremos a comparação dos valores das taxas nos anos de 82 a 84 - sobre o exame psicotécnico um serviço prestado pelo Detran -

Em 82 - o exame psicotécnico custava Cr\$ 764,00

Em 83 - o mesmo exame passou a custar Cr\$ 1.510,00

De janeiro à maio de 84 - este mesmo exame passou a custar Cr\$ 8.692,00 - a partir de maio de 84 o mesmo exame psicotécnico passou para Cr\$ 36.270,00 - valor esse a ser cobrado até 31/10/84 - quando será revisto novamente o valor referência sobre os quais incidem essas taxas.

Esse é um dos exemplos que queremos expor para demonstrar tal absurdo no aumento dessas taxas.

A redução proposta ocasionará oportunidade de uma correção mais coerente e atualizante sem exploração ao povo num serviço que deve ser prestado pelo Poder Público.

#### PROJETO DE LEI N.º 158/84

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art.1.º Fica declarado de utilidade pública OBRAS SOCIAIS CONGREGAÇÃO PENTECOSTAL TESTEMUNHAS DE JESUS, com sede e foro nesta Capital.

Art.2.º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27/06/84.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos ser declarada de utilidade pública, tem-se destacado pela dedicação de seus dirigentes e associados, no atendimento a pessoas carentes, conforme relatório em anexo, embora os poucos recursos.

O reconhecimento oficial, portanto, será uma medida justa e correta.

Porjetos de Lei Complementar:

#### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 159/84

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### DECRETA:

O artigo 51, da Lei Complementar n.º 2, de 18/06/73, passa a vigorar com a seguinte

te redação:

"Art. 51 - O mandato de vereador somente será remunerado nos casos permitidos pela Constituição Federal."

Sala das Sessões, em 27/06/84.

(a) RUBENS BUENO.

Apoiamento: Odeni Mongruel, Irondi Pugliesi, Artagão Mattos Leão, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edmar Luiz Costa, Gernote Kirinus, Eduardo Baggio, Augusto Carneiro, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Osvaldo Alencar Furtado, Caíto Quintana, Adhail Sprenger Passos, Tadeu Lúcio Machado, Fuad Nacli, Roberto Requião, Airton Cordeiro, Antônio Belinati, Fiori Luiz, Homero Oguido, Erondy Silvério, Edgard Pimentel e duas (2) assinaturas ilegíveis.

#### JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista que a Lei Complementar n.º 38 alterou a Lei Complementar n.º 25 no seu art.3.º, permitindo pudesse receber remuneração e subsídio de acordo com o limite percentual percebido pelos Deputados, torna-se justo que a Lei Orgânica dos Municípios, Lei Complementar n.º 2/73, se adapte a essas normas legais vigentes, procurando assim, melhor orientar a legislação estadual referente ao assunto.

O presente Projeto de Lei Complementar teve sua origem a partir da não aprovação, em plenário da Assembléia Legislativa, do projeto similar, o qual não vingou devido à incompreensível intransigência do Partido Democrático Social (PDS), que se recusou a conceder o indispensável apoio ao mesmo. Vem, o presente reiterar os termos do Projeto de Lei n.º 259/83, fornecendo, portando, a esta Casa, oportunidade para um repronunciamento quanto à indiscutível validade e importância que o revestem.

A idéia de criação de tal dispositivo legal, partiu de um debate entre o radialista Anísio Moraes da Rádio Colméia de Campo Mourão, e o especialista em municipalismo, Doutor Dorival Gorski, os quais direcionaram seus pontos de vista para a atual proibição, inócua, inscrita na Lei Orgânica, quanto à percepção de vantagem pelos vereadores, contrariando a disposição, tácita, da Lei Complementar n.º 2.

#### PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 160/84

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art.1.º - O artigo 73, da Lei Orgânica dos Municípios (Lei Complementar n.º 2, de junho /73), passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 73 - O subsídio do Prefeito, que não poderá ser inferior ao maior padrão de vencimento pago ao servidor do município, a qualquer tempo, será estabelecido pela

Câmara Municipal até o término da Legislação, para vigorar na seguinte, devendo o decreto legislativo fixar reajustes progressivos para cada ano de mandato, com base no MVR (Maior Valor de Referência) oficial do período, ou outro índice legal que venha a substituí-lo".

Art.2.º - Os demais artigos permanecem com sua redação original.

Sala das Sessões, em 27 de junho de 1984.

(a) CAÍTO QUINTANA

Apoiamento: Antônio Annibelli, Ezequias Losso, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Irondi Pugliesi, Augusto Carneiro, Dirceu Manfrinato, Artagão Mattos Leão, Paulo Furiatti, Ervin Bonkoski, Fiori Luiz, Homero Oguido, Osvaldo Alencar Furtado, Gernote Kirinus, Rubens Bueno, Roberto Requião, Nilso Sguarzi, Fuad Nacli, Luiz Alberto Oliveira, Ailton Cordeiro, Antônio Belinati, Orlando Pessuti, Anibal Khury, Adhail Sprenger Passos, Péricles Pacheco, Edgard Pimentel e três (3) assinaturas ilegíveis.

#### JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O artigo 73, da Lei Orgânica dos Municípios prescreve que: "O subsídio do Prefeito, que não poderá ser inferior ao maior padrão de vencimento pago ao Servidor do Município, no momento da fixação, será estabelecido pela Câmara até o término da legislatura, para vigorar na seguinte, podendo o decreto legislativo fixar quantias progressivas para cada ano de mandato".

Estamos encaminhando nesta data, para apreciação desta Casa de Leis, Projeto de Lei Complementar dando nova redação ao artigo 73 da Lei Orgânica dos Municípios (Lei Complementar n.º 2/73), a qual passa a ter a seguinte redação:

"Art.73 - O subsídio do Prefeito, que não poderá ser inferior ao maior padrão de vencimento pago ao servidor do Município, a qualquer tempo, será estabelecido pela Câmara Municipal até o término da legislatura, para vigorar na seguinte, devendo o decreto legislativo fixar reajustes progressivos para cada ano de mandato, com base no MVR (Maior Valor de Referência) oficial do período, ou outro índice legal que venha a substituí-lo.

As modificações que propomos no mencionado artigo da Lei Orgânica dos Municípios, estão consubstanciadas nas seguintes expressões:

a) onde se lê: no momento de fixação, leia-se: a qualquer tempo;

b) onde se lê: podendo fixar quantias progressivas, leia-se devendo...

c) onde se lê: quantias progressivas para cada ano de mandato, leia-se reajustes progressivos para cada ano de mandato,

acrescentando-se: com base no MVR (Maior Valor de Referência) oficial do período de outro índice legal que venha a substituí-lo.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Atualmente, a Lei Orgânica dos Municípios, que trata da remuneração dos Prefeitos, dá margem a interpretações diversas podendo propiciar abusos a maior ou a menor, de acordo com o momento político.

O subsídio deve ser fixado numa legislação para vigorar na seguinte. Este é um preceito constitucional federal que não cabe apreciar no âmbito desta Casa de Leis. Assim, esta norma, contida no artigo 44, § 7.º de nossa Carta Magna, dispõe que a competência para modificação deste item cabe ao Congresso Nacional.

O estabelecimento de parâmetros salariais com os servidores municipais nos parece também justo, pois o Prefeito é, também, um servidor público.

Entretanto, a atual legislação prescreve que este indicador de vencimentos vinculado ao maior padrão de vencimentos pago ao servidor do município, tem validade apenas na época da fixação, pela Câmara dos subsídios do Prefeito.

Como o artigo da Lei Orgânica agora abordado reza que o subsídio poderá ser fixado em quantias progressivas, dá à Câmara Municipal o direito de fixar ou não quantias progressivas, o que equivale dizer que, se o Poder Legislativo Municipal for omissivo em relação a este item, os servidores municipais serão reajustados como manda a legislação, agora semestral e, em pouco tempo, diversas faixas salariais de servidores municipais poderão estar acima do subsídio do Prefeito, em evidente injustiça, pois, a inflação pesa no bolso de todos.

Em relação à expressão "reajustes em quantias progressivas", nos parece amplo demais, pois, pode ser entendida como quantias progressivas pré-fixadas em dinheiro para os anos seguintes, o que, em época de inflação descontrolada, seguramente trará problemas. Por outro lado, a citada expressão pode ser entendida como reajuste progressivo com base em ORTN; UPC, VR ou outro índice proporcionando uma indesejável desigualdade entre os diversos municípios de nosso Estado.

Por esta razão, estamos propondo que conste a expressão "reajustes progressivos para cada ano de mandato, com base no MVR. Esta medida estaria uniformizando as atualizações de maneira democrática em todos os municípios.

Para se ter uma idéia de que esta hipótese é real, basta citar que no ano passado, procurando orientar as Câmaras Municipais, a FAMEPAR enviou circular a todos os municípios, sugerindo um Modelo de de-

creto legislativo para a fixação do subsídio do Prefeito e exemplificando textualmente que o reajuste poderia ser atualizado com base no aumento de vencimento concedido aos funcionários municipais, na variação da ORTN, na variação da UPC ou na variação do Valor de Referência, à escolha da Câmara. Isto significa que, em nosso Estado, vigoram hoje, simultaneamente, diferentes formas de reajustes de subsídios, o que não é justificável.

Inserimos no texto a expressão "ou outro índice legal que venha a substituí-lo", pois, caso se verifique, a qualquer tempo, a mudança da legislação colocando como parâmetro oficial para reajustes outro índice que não o MVR, o presente artigo não estaria prejudicado e não necessitaria ser modificado.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Artigo 26 da Constituição Estadual estabelece que as leis complementares à Constituição serão aprovadas por maioria absoluta dos membros da Assembléia Legislativa, observados os demais termos da votação das leis ordinárias. Considera, ainda, como Lei Complementar, a Lei Orgânica dos Municípios.

Estas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, as razões que nos motivam a apresentar este Projeto de Lei Complementar, modificando o artigo 73 da Lei Orgânica dos Municípios que, por não terem nenhuma conotação de ordem política, uma vez que é genérica e pretende sanar injustiças e impedir abusos em todos os municípios de nosso Estado, independente da sigla partidária a que pertença ou venha a pertencer o Prefeito.

Assim, contamos com a compreensão e o necessário apoio dos Senhores Deputados de ambos os Partidos na apreciação deste projeto, que nos parece ser do interesse acima de tudo, da justiça social na área de remuneração de todos os Prefeitos de nosso Estado e, portanto, acreditamos que venha em benefício direto do aperfeiçoamento da Administração Pública.

O SR. PRESIDENTE (**Traiano Bastos**) - Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Antônio Belinati, inscrito.

O SR. ANTÔNIO BELINETI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Ainda se questiona a nomeação do Doutor Dalcanalle, para Secretário Extraordinário da Comunicação Social do Governo do Estado do Paraná. Não temos nada contra a pessoa do Doutor Dalcanalle, apenas quanto à sua qualificação profissional, pessoa sem nenhuma ligação com a área de comunicação e completamente alheia à categoria

dos jornalistas. Os protestos que precederam sua nomeação não foram ouvidos, nem os argumentos colocados pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, traduzindo a posição da categoria. O Sindicato dos Jornalistas protestou publicamente em Nota Oficial. A Federação dos Jornalistas Profissionais não só apoiou a posição dos Jornalistas do Paraná como emitiu nota oficial, pedindo que o Governador José Richa volte atrás, rejeite o equívoco em que foi situado, e no lugar de Dalcanalle coloque um jornalista naquela Secretaria.

Igual posição assumiu a maioria dos Sindicatos de Jornalistas Profissionais do Brasil. A nota do Sindicato dos Jornalistas, diz: "A categoria dos jornalistas não pretende tutelar o Governo de José Richa. Nomear auxiliares é atribuição e direito do Governador. Estranha e se sente agredida, entretanto, quando a escolha do nome para ocupar o recém-criado cargo de Secretário Extraordinário da Comunicação Social, recai sobre pessoa completamente alheia à classe e estranha ao meio, como se no Paraná inteiro não existissem profissionais jornalistas capacitados e preparados para assumir o gerenciamento de importante função pública.

O Senhor Governador desprestigiou mais uma vez a categoria dos jornalistas. Prometeu publicamente organizar o quadro ceterista dos jornalistas que prestam assessoria de imprensa aos órgãos da Administração Direta e Indireta e José Richa prometeu pagar-lhes justa remuneração. Prometeu, mas não cumpriu.

Através de sua Procuradoria deu Pareceres contrários à sua própria promessa. Agora, novamente, desatendendo aos pedidos do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná e da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, nomeia para a Secretaria recém criada, alguém que no muito vai procurar teorizar sobre comunicação, mas está despidido de conhecimentos e relacionamentos extra-político com a área.

Trazemos a público este protesto, já levado ao Senhor Governador de viva voz, na tarde de segunda-feira, depois de frustradas tentativas no sentido de evitar o fato consumado. Este protesto representa o pensamento e a posição clara da grande maioria dos jornalistas do Paraná, no momento em que a sociedade paranaense é convocada a participar na solução dos problemas. E os existentes na área são muitos e graves.

O mesmo governo que faz o chamamento desconsidera a opinião dos profissionais do setor. E prossegue a nota do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná. Não consideram os jornalistas apenas os aspectos legais existentes em sua regulamentação profissional e na Lei Estadual

n.º 7.557, de 1981, que tornam privativas do jornalista as funções inerentes à sua atividade. O uso e o costume, o exemplo da maioria dos Governos de outros Estados, a posição da categoria a nível nacional e a justa reivindicação foram também desprezados.

Atenderam os jornalistas suas obrigações, enquanto na posição de sub-Chefia, no momento de ampliação dessa estrutura há muito pretendida, continuam na forçada posição de subalternos, representando isso também, a submissão com que são coagidos a desenvolver sua profissão de informar.

Senhor Presidente, eu pediria que fosse considerado também como lido, além desse pronunciamento a nota da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao orador inscrito no Pequeno Expediente, Senhor Deputado Tuguio Setogutte.

Declinando, concedo a palavra ao Senhor Deputado Fuad Nacli. (Pausa). Ausente. Concedo a palavra ao Senhor Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Quando em dezembro do ano passado, esta Casa apreciou e votou Mensagem do Senhor Governador transformando o Detran em Autarquia, no anexo da mesma constava as novas taxas de serviços prestados à população por aquele Departamento.

Naquela oportunidade, alguns Deputados da Bancada do PDS alertaram o Senhor Líder do Governo nesta Casa, o Senhor Nilso Sguarezi, para o absurdo que se pretendia com a elevação daquelas taxas. Mas maioria é maioria: a Bancada do Governo, com ampla maioria nesta Casa, não aceitou argumentação de alguns Deputados do PDS, e acabou sendo aprovada a Mensagem com a tabela de taxas anexas.

Tão logo foi colocada em vigor, tão logo vigiu a nova lei, e o Diretor daquela autarquia colocou imediatamente também, as novas taxas, à grita, à revolta e à repulsa da população já se fizeram sentir. E a maior acusação que faz o povo do Paraná não é contra o Governador José Richa, não é contra o Diretor do Detran, mas é contra exatamente os Senhores Deputados. Eu recebi uma carta, Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados, em que um eleitor protesta contra o alto vencimento percebido pelos Senhores Deputados, contra a mordomia proporcionada pelos Senhores Deputados - isso no dizer do missivista.

Entretanto, esta Casa votou sem analisar uma lei que estabeleceu taxas de ser-

viços públicos escorchantes e fora do alcance da bolsa da população. E criticava, inclusive os Deputados do PDS, nesta Carta, que depois foram aos jornais, foram às televisões e às rádios (entre estes eu me incluo) protestar contra a vigência das referidas taxas. Dizia o missivista que nós votamos porque não prestamos atenção, e depois fomos à Imprensa falada e escrita protestar para ficar com a barra limpa junto ao eleitorado paranaense, o que em parte tem razão o missivista, embora os protestos de parte de nossa bancada quando se apreciou aquela lei, mas os protetos se esvaziavam, ficam e caem no esquecimento, e a Lei está aí vigindo com taxas absurdas, escorchantes e fora do alcance, repito, da bolsa popular. Só para que essa Casa tenha um exemplo, eu vou citar aqui taxas de exames psicotécnicos de 82: o total era CR\$ 1.696,00; já em 83, o atual Governo já subiu para CR\$ 3.366,00 e, agora com a nova Lei, vai a CR\$ 54.390,00.

Um caminhão apreendido numa via pública que pagava uma taxa para ser liberado, de CR\$ 1.740,00 passou simplesmente para CR\$ 54.000,00, quer dizer, cidadão que vive, que ganha o seu pão com o seu caminhão, tendo esse veículo apreendido, não tem nunca condições de liberá-lo junto ao Detran.

Eu acho que "errar é humano", agora, persistir no erro, eu repito o adágio popular "é burrice". E eu não acredito que a Bancada do PMDB deixe de dar apoio ao Projeto de Lei que dou entrada, hoje, na Mesa, em que ficam reduzidos em 70% os percentuais incidentes sobre o valor de referência regional de que trata o anexo 1, da Lei n.º 7.711, de 29.12.83, e apresso-me a entrar com essa lei, Senhor Presidente e nobres Senhores Deputados, porque já em outubro, quando subiu o valor referência, essas taxas certamente dobrarão ou terão um acréscimo, no mínimo, de 70%, que daí tornará irrefreável com a revolta popular porque todos dependem os serviços de trânsito. Não é só quem tem automóvel para passear, mas é o industrial, é o vendedor-ambulante, é o motorista de táxi, é o motorista profissional, enfim, o automóvel, hoje, faz parte da vida do cidadão.

Por isto mesmo, esta Casa tem o dever de apreciar esta matéria.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa registra, com satisfação, as presenças, em plenário, dos Senhores Vereadores de Paranaguá, Martins do Carmo e Antônio Carlos Correia.

Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Ru-



O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Dois meses após o histórico amanhecer do dia 26 de abril, quando o povo tomou conhecimento da rejeição da Emenda Dante de Oliveira, a situação política, econômica e social continua a sua caminhada célebre em direção ao descalabro total, arrastando consigo nessa devastadora carreira, a esperança da trégua de união nacional, implantando e consolidando no País uma nova instituição denominada "Caos Generalizado".

Atualmente, para os patriotas deste País, que viram jogados por terra as suas aspirações de retomada do crescimento econômico e do progresso, através da realização de Eleições Diretas para Presidente da República, sobra-lhes uma opção, qual seja tentar ocultar o sentimento de frustração e revolta naquela madrugada cinzenta, de ressaca cívica que vive a Nação.

Há poucas horas houve uma nova manifestação do Congresso Nacional sobre a aprovação ou não da proposição restabelecendo as Eleições Diretas Já e também há apenas 48 horas de mais uma grande e bem sucedida manifestação cívica do povo paranaense com relação a essa aprovação, fica no ar uma interrogação: será possível que ainda desta vez, contrariando todo o conjunto da sociedade brasileira, que ordeira e pacificamente vem reiterando sua aspiração inadiável nas praças e nas ruas deste País, o "Senhor todo-poderoso do Palácio do Planalto" e seus correligionários insistem em se manter distantes e contrários a esse sentimento nacional? A resposta só a saberemos de hoje para amanhã e, apesar de todos os esforços desenvolvidos pelas oposições, está-me parecendo que também agora veremos a intransigência anti-patriótica do P.D.S. voltar-se contra a vontade da maioria dos brasileiros.

Mas, do meio da indignação nacional contra estes fatos, sobressai-se um outro sentimento bem definido, este de repulsa às manobras de certos líderes políticos, que, de acordo com suas pretensões e interesses, vão agindo no cenário nacional, fantasiando-se, por vezes, em intransigentes defensores das mais profundas aspirações populares, e outras vezes transfigurando-se em verdadeiros algozes desse mesmo povo, numa ambigüidade e indefinição que nada de salutar acrescenta à verdadeira vontade popular.

Sob a imagem, tão cara a todos nós, de uma verdadeira democracia, e valendo-se da intensa necessidade que todos temos de vermos nossa Pátria livre dos tentáculos corruptos e arbitrários, que há duas décadas nos sufocam, estes políticos, quais

camaleões, vão aos poucos submergindo a verdadeira identidade do maior movimento libertário que já houve neste País, entrando em acordos e negociações sobre os destinos da Nação, como se nossa liberdade pudesse ser objeto de mesquinhos lucros comerciais.

A verdade é que a questão nacional das Eleições Diretas Já, sobre as quais milhões de pessoas tiveram a ocasião de se pronunciar, bem demonstrando como o povo está cansado das falsas promessas de um Governo que por ele não foi legitimado, parece que passou a pertencer ao passado, como se sobre aquele movimento organizado e democrático se pudesse colocar uma pedra, como se jamais existira.

Senhor Presidente, Senhores Deputados:

A liberdade de 130 milhões de pessoas não se negocia! O movimento popular pelas Eleições Diretas Já, teve o incontestável mérito de evidenciar o quanto o povo está sendo sacrificado no momento atual, e como está ansiando por novas diretrizes. Quaisquer propostas, revestidas de pseudo boas intenções apresentadas por pretensos procuradores das mais veementes exigências do nosso povo, devemos pesá-las bem antes de as abraçarmos, pois corremos o muito provável risco de não alcançarmos a tão sonhada solução dos nossos problemas.

Muito pelo contrário, a tendência destas propostas, sejam elas de conciliação, entendimento, ou quaisquer outros denominativos é se tornarem em verdadeiras traições aos milhões de brasileiros que desejam um poder renovado e eleito pela sua vontade, representando a continuidade inevitável da repressão dos organismos políticos e dos deslavados malabarismos econômicos que, infelizmente, levaram mais longe o nome do Brasil.

O P.D.S. evidenciou inequivocamente o quanto está longe dos interesses populares. Há alguns dias a sua proposta de uma consulta às bases do partido, manobra de falsa democracia, mostrou a profunda cisão que grassa naquela agremiação. As divergências que se seguiram, e até hoje assolam aquele partido. São a consequência inevitável da tomada de posição que os chamados setores mais esclarecidos do partido estão assumindo, sobre os problemas nacionais, e de sua posição exatamente opostas aos ideais do conjunto da sociedade.

Na verdade estas inúmeras divisões representam os interesses mesquinhos, pessoais e eleitores, que andam norteando as candidaturas dos "presidenciáveis" do Partido do Governo Federal. Neste sentido, a candidatura mafufista seguirá adiante, custe o que custar, atropelando inclusive os seus colegas de partido, numa metódica escalada de assalto ao Palácio do Planalto.



to, para dali melhor continuar gerindo os seus escândalos financeiros.

O que ficou comprovado nesta série de incidentes, é uma tênue amostra do futuro sombrio que aguarda esta Nação, caso aquele Deputado atinja seus objetivos, ou seja, a Presidência da República, via Colégio Eleitoral.

E, no entanto, é visando esta agremiação espúria e alheia à vontade dos brasileiros, que alguns setores da oposição começam a entabular negociações; o Colégio Eleitoral é apenas uma parte da grande quantidade de munição que deve ser empregada nesta batalha pela volta da democracia. Se fracassarem todos os outros meios ali teremos que concentrar nossas forças, para que o continuísmo não vingue; mas por enquanto, a nossa vontade é uma só: escolher diretamente o sucessor do Presidente João Batista Figueiredo, fazendo o País viver em sua história um verdadeiro período de democracia.

Portanto, é isto que importa ter bem presente: historicamente, os processos de negociação e conciliação encetados em nome do povo, sempre reverteram em prejuízo para o mesmo, configurando irrefutavelmente que as mudanças superficiais não são necessariamente reformadoras. As verdadeiras modificações, na mudança de uma ditadura militar para uma democracia, deve partir da base, sob pena de não estar se efetuando uma redemocratização, mas sim uma reiniciação um novo período de autoritarismo, embasado nas ilusões de considerável parte das camadas populares. Apoiar uma candidatura das oposições, neste momento, ao Colégio Eleitoral seria querer legitimar uma instituição ilegítima."

O Sr. Fiori Luiz - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Rubens Bueno, a Nação está na banguela, despenhadeiro abaixo, País sem comando, porque o Presidente da República, mesmo eleito indiretamente, sem a participação popular, deveria ter algumas responsabilidades para com o País, mas com o Presidente Figueiredo não existe isso.

Já há algum tempo, ele está enfasiado do Poder, ele está distante dos problemas nacionais, está alheio aos clamores do povo brasileiro, porque é um homem que vai três vezes por semana ao Palácio do Planalto e dá expediente de três horas por dia; nesses três dias, totalizando nove horas por semana!

Quer dizer, num País mergulhado em tantos problemas de desemprego, de inflação, de carestia, de custo de vida, de corrupção, de entreguismo, de escândalos, precisaríamos, realmente de um Presidente com comando e disposição de trabalho, que esquecesse um pouco a sua criação de po-

tros, que parasse de alisar os cavalos, para se dedicar um pouco mais à Nação Brasileira!

Hoje o Presidente Figueiredo trabalha nove horas por semana, vive viajando, com mordomias, tudo pago pelo povo brasileiro. É essa a situação insustentável que o País chegou!

Há dias, o Deputado Gabriel Manoel, ontem ou antes de ontem, se não me engano, dizia aqui, que o PMDB poderia participar do Colégio Eleitoral, que seria uma traição ao povo que confiou no PMDB, que seria mais uma mentira, na verdade, traição e mentira são tônicas deste Governo militar desde 64 para cá, um Governo que entregou as nossas riquezas aos grupos estrangeiros, porque o Brasil é uma colônia, é um fundo de quintal dos interesses norte-americanos, dos grandes grupos estrangeiros. Hoje quem comanda este País no campo da política, da economia, no campo social são os grupos estrangeiros, é o Pentágono, é a Casa Branca, são os interesses armamentistas que mantêm a ditadura na América Latina.

Por outro lado, vemos um Partido que dá sustentação a este Governo, o PDS, esfacelado, dividido, morto, só está precisando programar a missa de sétimo dia, porque já está morto, e à base de sustentação de baionetas, certos setores militares querem continuar no Poder, nesse País. Acho que vinte anos foram suficientes, eles já enterraram este País!

O militar, com todo o meu respeito, não podemos generalizar, sempre digo, setores das Forças Armadas, o militar não foi feito para Administrar: o militar sempre viveu no quartel, desde os dezoito anos, tendo alimentação e moradia gratuita, não tem sensibilidade para os problemas sociais. Então, as Forças Armadas constituem realmente um setor que nós temos que enaltecer, uma instituição que nós temos que preservar, mas a função dela! Administrar um País como o Brasil, tem que ser por civis, cada um no seu setor, não podendo existir o poder militar e o poder civil num País. Único Poder que existe num País democrático é o Poder civil, nunca o militar!

E chegamos a esse impasse, do cidadão Paulo Maluf estar aí, às portas de ser, talvez o futuro Presidente da Nação, pelo Colégio Eleitoral, já que com o poder do dinheiro ele comprou os votos suficientes dentro do Colégio Eleitoral, porque dizem que cada homem tem o seu preço, mas a maioria dos Deputados e Senadores do PDS está em liquidação. Então, foi fácil para o Maluf esparramar o seu dinheiro, comprar votos, comprar consciências! Está aí o impasse criado, por que nem Maluf, nem Andreazza poderiam, se fosse este

País, pelo menos, sério, que se levasse a sério, não poderiam estar atrás de serem Presidente da República.

Então, está colocada esta situação e só há um caminho que é o início para se reformar este País; o primeiro passo para as mudanças são as eleições diretas, e já não há outro caminho, porque a continuar esta situação vamos chegar a um impasse incontrolável, indesejável, um confronto com conflitos sociais porque a população não suporta mais ver um País desgovernado, mergulhado na corrupção, entregue aos interesses estrangeiros e aqui nós não temos ninguém para comandar!

O Presidente sai da Granja do Torto, vai para lá, volta, viaja, não está mais querendo saber de nada, então a verdade é a seguinte, ou dá a Eleição Direta ou vamos ter conflitos e distúrbios sociais gravíssimos nesse País nos próximos meses, uma vez que a população não suporta mais!

Eu quero cumprimentá-lo, Deputado Rubens Bueno, por essas colocações da tribuna!

O SR. AIRTON CORDEIRO (Pela Ordem)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra, pela ordem, ao Senhor Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Senhor Presidente, a Casa acaba de ouvir o aparte do Senhor Deputado Fiori Luiz, em que faz acusações muito sérias. Eu acredito que é dever de Vossa Excelência, como Presidente do Poder, exigir do Deputado Fiori Luiz, sejam nominados os Deputados convencionais desta Casa, que, induzidos pela corrupção apontada, votarão no candidato à Presidência da República...

O Sr. Fiori Luiz - Eu citei Deputado Federais e Senadores, nobre Deputados. O Senhor ouviu bem.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Peço a Vossa Excelência que, em nome do decoro deste Parlamento, e de todos os Parlamntos brasileiros, inclusive do Congresso Nacional, o Deputado Fiori Luiz decline o nome de cada um dos corruptos, a fim de que não pare nenhuma dúvida sobre todo o Poder. Acho que é o mínimo que devemos exigir para não deixarmos impunes aqueles que brincam com a dignidade alheia. É o que eu peço a Vossa Excelência, e se não for acatada esta questão de ordem, peço a Vossa Excelência que determine sejam retiradas as expressões do Deputado Fiori Luiz, que não pode, irresponsavelmente, mexer com a dignidade de homens do Parlamento brasileiro.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) A Mesa,

ao responder a questão de ordem levantada por Vossa Excelência, quer reafirmar aqui as determinações já anteriormente dadas às notas taquigráficas, que, quando houveram termos que não venham ao encontro do Regimento Interno, sejam expungidas dos Anais das Casa. Quanto ao que Vossa Excelência requer para que esta Presidência determine que o Senhor Deputado decline nomes, a Presidência não pode fazê-lo, porque entende que o Deputado ao fazer afirmações neste Plenário, deve estar cõscio das suas responsabilidades, no que diz respeito a acusações e a comentários que, porventura venha fazer de outros parlamentares ou de outras autoridades.

Está com a palavra, pela ordem o Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ (Pela ordem). Gostaria que o Presidente mantivesse minhas palavras, reafirmo tudo o que disse, gostaria que não expungisse nada da Ata, e esse trabalho de "dedurismo" é um vício de 20 anos que muitos ainda têm.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa, ao responder a questão de ordem levantada por Vossa Excelência, se porventura houve alguma expressão que contrarie o Regimento Interno, ela será expungida; se houve acusações, a responsabilidade, como já afirmei, é do Deputado que as profere. Está com a palavra o Deputado que se encontra na Tribuna.

O SR. RUBENS BUENO - Eu incorporo, com muita satisfação, ao meu pronunciamento, o aparte do Deputado Fiori Luiz, refrescando a memória do Deputado Airtton Cordeiro, de que a imprensa publicou amplamente, a maneira morosa com que foi dada a intervenção no sistema da ECONOMISA, autorizada pelo Ministro Mário Andreazza, dando um prejuízo ao BNH de 350 bilhões de cruzeiros, porque o Presidente da ECONOMISA é o Deputado do PDS, Nilton Velloso, e partidário do Ministro Mário Andreazza. Por isso é que houve morosidade na intervenção daquela instituição. Concedo aparte ao Deputado Airtton Cordeiro.

O Sr. Airtton Cordeiro - Eu não discuto com Vossa Excelência o tema do pronunciamento que Vossa Excelência traz à Casa. Apenas eu não posso, não só pela minha responsabilidade dentro do partido do Estado, mas, como Parlamentar, aceitar que, constantemente, sejam feitas denúncias generalizadas contra convencionais do PDS, a respeito da questão sucessória. A convicção que eu tenho, Deputado Rubens Bueno, é que quando se acusa alguém de corrupto, em primeiro lugar devemos provar a corrupção; em segundo lugar, nós devemos nominar

quais são os corruptos, para que não paire sobre todos, a dúvida da pencha da corrupção. É esse o meu desacordo com o posicionamento do Deputado Fiori Luiz, que, aliás, lamentavelmente, usa com muita frequência deste expediente, da tribuna da Casa, e como nós todos aqui temos na investidura do nosso mandato, a responsabilidade de falar, de pronunciar não só de acordo com a nossa consciência, mas de acordo com os dados concretos, não é possível aceitarmos passivamente.

Eu me excluo de pronto de toda e qualquer insinuação do Deputado Fiori Luiz, mas não posso aceitar qualquer insinuação aos meus companheiros de partido. Se Sua Excelência tiver que provar que traga, que leve os acusados corruptos às barras da justiça. Que peça na justiça a cassação dos seus mandatos, mas que não se esconda atrás dessa abstração covarde de fazer a afirmação genérica. E se formos falar em caso de corrupção, em morosidade, na apuração de corrupção, de atos imorais e ilegais, ilustre Deputado Rubens Bueno, esses poucos meses do Governo José Richa são pródigos em nos mostrar o que é a morosidade e o que é a impunidade.

Muito obrigado.

O SR. RUBENS BUENO - Eu nomeiei o Deputado Federal do PDS, envolvido no escândalo financeiro do BNH, nomeiei, inclusive favorável à candidatura do Ministro Mário Andreazza, e disse mais ainda o que está na imprensa, que esse processo só demorou bastante porque leva a participação de um presidenciável. Dando prejuízo ao BNH de mais 350 bilhões de cruzeiros.

Portanto está o fato concreto, que não precisa dizer mais nada, é um Deputado Federal do PDS.

E com relação à prodigalidade destes atos do Governo Richa, nunca o Paraná viu que esses atos estão sendo apurados e investigados e sendo processados àqueles que tenham, por ventura, cometido irregularidades na administração pública do Paraná. Isso o PMDB está fazendo para mostrar o que é uma administração transparente, coerente e limpa com seu programa de Estado.

O Sr. Airton Cordeiro - Permite-me um minuto mais Senhor Deputado.

O SR. RUBENS BUENO - Com maior prazer, Deputado.

O Sr. Airton Cordeiro - Vossa Excelência, como todo Paraná, deve ter conhecimento das explicações dadas pelo Deputado Deni Schwartz, Secretário de Estado dos Transportes, para o afastamento da Diretoria do Porto de Paranaguá.

O ilustre Secretário dos Transportes,

disse claramente que houve uma inadequação administrativa, enquanto que um companheiro de Bancada de Vossa Excelência Deputado Nestor Baptista, acusou frontalmente o Superintendente do Porto de Paranaguá, José Vicente Elias, da prática de atos de corrupção. Eu pergunto a Vossa Excelência corrupção mudou de nome? Mudou de sentido no Paraná? Então, concluo, fazendo a Vossa Excelência um apelo, que o Governo de Vossa Excelência reconheça se houve corrupção ou não houve? Se não houve nós gostaríamos de saber o posicionamento do Deputado Nestor Baptista, que mostrou documentos sobre a corrupção. E não houve por parte do Governo de Vossa Excelência uma tomada de posição para mostrar que este é um governo transparente. De transparente ele ficou opaco, e de participativo ele ficou fechado. Muito obrigado.

O SR. RUBENS BUENO - Deputado Airton Cordeiro, Vossa Excelência desconhece o que acontece dia a dia nesta Casa. E eu vou provar. A Comissão Parlamentar de Inquérito ontem, ouviu cinco depoentes com relação às irregularidades do Porto, cinco depoentes. O ex-Superintendente que foi demitido; o Vereador Massami Takaiama e mais três funcionários do Porto. E destes depoentes amanhã terá o relatório final deste caso do Porto de Paranaguá, levantado por um Deputado PMDB. Portanto, o Superintendente já foi demitido. A postura da bancada do PMDB neste episódio vai ser decidida amanhã, durante a reunião da CPI, regularmente.

O Sr. Airton Cordeiro - Eu me referi à postura do Governo do Estado; do Poder Executivo.

O SR. RUBENS BUENO - Mas temos uma Bancada aqui que não tem motivo nenhum para acobertar qualquer tipo de irregularidade deste ou daquele Governo. Talvez Vossa Excelência não tenha conhecimento da realização desta reunião da CPI, e por isso nós estamos trabalhando assiduamente através dos Parlamentares da nossa bancada da CPI, procurando apurar estes fatos e levar à opinião pública cristalinamente o que acontece neste Governo.

O Sr. Airton Cordeiro - Mas a CPI não tem o poder de demitir, até porque, a pessoa já está demitida por corrupção. O Poder Executivo demitiu, justificando para o Paraná que houve inadequação administrativa. Aliás uma nova figura do corpo da administração paranaense.

O SR. RUBENS BUENO - Vossa Excelência há de convir comigo que isso depende de estilo; é muito subjetivo. Isso depende de

cada um, há de convir comigo. Agora eu gostaria de lembrar a Vossa Excelência que o Presidente Figueiredo ao demitir o Ministro Amaury Stabile, da Agricultura, agradeceu pelos seus bons préstimos, por sua honestidade, etc. etc. Está provado que foi o Ministro mais corrupto destes últimos vinte anos que passou por esse Governo. Veja Vossa Excelência então isso está sendo apurado, agora, através de uma ação popular do Deputado Federal Hélio Duque que é do PMDB, coincidência.

**O Sr. Airtton Cordeiro** - Deputado Rubens Bueno, outra coincidência: o Governador de Vossa Excelência foi à televisão recentemente, chorou, e disse que demitia seus dois melhores Secretário, um deles o Senhor Erasmo Garanhão, cujo relatório da Comissão de Alto Nível que o Governador nomeou, apontou que foi um Secretário negligente, um Secretário pródigo, um Secretário que causou prejuízos à administração pública do Paraná. Portanto, não me comove o argumento de Vossa Excelência de que o Presidente Figueiredo tenha agradecido ao Ministro Amaury Stabile. Richa fez muito mais do que isso, chorou pelo Garanhão, na televisão do Paraná, com o nosso dinheiro.

**O SR. RUBENS BUENO** - Deputado Airtton Cordeiro, Vossa Excelência quando fala de um ato, fala também de um homem que foi à televisão falar de um amigo de muitos anos. Este é um fato. E outro fato, Deputado Airtton Cordeiro, e Vossa Excelência há de convir comigo, que o Secretário Erasmo Garanhão é alto funcionário da Receita Federal, e já está trabalhando no Governo Federal.

Concedo a palavra ao Deputado Osvaldo Alencar Furtado.

**O Sr. Osvaldo Alencar Furtado** - Deputado, agradecendo primeiro o aparte, concedido por Vossa Excelência desejaria refrescar também a memória do Deputado Airtton Cordeiro, dizendo que no Parecer da Comissão de Alto Nível está também muito claro, e a Comissão diz, não ter havido dolo em nenhum instante da atuação do Senhor Erasmo Garanhão.

E gostaria também, contra desafiando o Deputado Airtton Cordeiro, que desafiou o Deputado Fiori Luiz, a denunciar na Justiça os corruptos. Por que, ele não o faz então, contra os atos de corrupção, que ele vive apontando na televisão do governo do Estado, ou ele faz apenas por vedetismo, para malversando a palavra, iludir a má fé do povo. Era muito importante, que os meios de comunicação também fossem responsabilizados, para que homens que têm na sua vida, um tipo de atividade profissional, e exerce também uma função pública,

não fossem aos órgãos de comunicação, para usar o Governador do Estado, que é a autoridade máxima do Estado do Paraná, eleito por uma expressiva maioria do povo paranaense.

Usar com palavras infundadas e inverídicas, porque não apresenta documentação nenhuma. Se acusa Erasmo Garanhão de corrupto, e se acusa Vicente Elias de Corrupto, por que também não vai às barras da justiça e pede o reparo legal, para que eles possam ir à cadeia?

Já que as provas estão às mãos, por que o Deputado Airtton Cordeiro não toma as medidas legais, ou prefere apenas ficar no vedetismo da televisão fazendo críticas infundadas e inverdadeiras contra o Governador que está dando exemplo ao Brasil, de moralização pública, de moralização administrativa, e de competência no gerir os interesses e os destinos de um Estado da importância do Estado do Paraná.

Era muito importante, e de repente, o Senhor Deputado Airtton Cordeiro se lembresse que ele é um Deputado, representante do povo do Paraná, e fosse mais sério nos seus pronunciamentos na televisão.

Muito obrigado pelo aparte, ilustre Deputado.

**O SR. RUBENS BUENO** - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, e vamos refrescar a memória. Eu gostaria de lembrar até que na reunião de ontem, e aqui não se está fazendo nenhuma injustiça àqueles que compareceram à CPI, prestigiando os trabalhos, que são sérios, pela presença dos Deputados que lá vão. Ontem estive na CPI, o Deputado Fuad Nacli, que acompanhou os trabalhos do início até o seu final, prestigiando os trabalhos de uma Comissão Parlamentar, que pela primeira vez funciona nesta Assembléia Legislativa.

Mas eu gostaria só de refrescar a memória, e lembrar também que durante a reunião da CPI, desta nossa CPI que apura possíveis irregularidades administrativa, que o Deputado Oscar Alves esteve presente prestando depoimento. Como Parlamentar veio prestigiar uma convocação de uma Casa similar. E ele presente à CPI eu não sei se por vedetismo, ou pelo momento emocional, que abria mão das suas imunidades, para ser processado por qualquer ato cometido durante a sua gestão como Secretário de Saúde. E a CPI tomou as providências legais: encaminhou ao Procurador Geral da República, e infelizmente o Deputado Oscar Alves não abriu mão das suas imunidades, senão hoje ele estaria no banco dos réus, respondendo pelos seus atos e pelos abusos de poder cometidos durante a sua gestão.

Com muito prazer concedo o aparte ao Deputado Paulo Furiatti.

**O Sr. Paulo Furiatti** - Nobre Deputado, Ru-

bens Bueno, o Deputado Airton Cordeiro levanta a questão da corrupção, mas, também para refrescar a sua memória, um dos malufistas mais convictos deste País, Amaral Neto, Deputado malufista, admitiu publicamente a corrupção no processo eleitoral. Admitiu inclusive para a imprensa. Este é um daqueles que defendem o processo...

O SR. PRESIDENTE (**Traiano Bastos**) - A Mesa Comunica ao orador que seu tempo está esgotado. E concede-lhe mais ...

O SR. ADHAIL SPRENGER PASSOS - Mais dez minutos, do horário da liderança.

O SR. PRESIDENTE (**Traiano Bastos**) - Mais 10 minutos do horário do PMDB.

O Sr. Paulo Furiatti - Concluindo, nobre Deputado Rubens Bueno, a Nação inteira sabe do processo de corrupção que está devastando este País. E pessoas até dignas da própria situação hoje, se rebelam contra os métodos hoje, métodos, facistas, que se implantam para se chegar à Presidência da República. Nós não precisamos aqui, nobre Deputado Airton Cordeiro, fazer desfilar os nomes dos corruptos, porque o tempo necessário da nossa existência, seria pequeno para que nós ficássemos em todas as sessões legislativas aqui, nomeando aqueles que hoje dilapidam o patrimônio da Nação Brasileira.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. RUBENS BUENO - Aliás, o Brasil é tido hoje como campeão mundial da corrupção.

E concedo com muito prazer o aparte ao Deputado Fuad Nacli.

O Sr. Fuad Nacli - Eu agradeço o aparte, Deputado.

Vossa Excelência ontem, quando presidia a Comissão Parlamentar de Inquérito e que só é composta hoje pelos membros da situação, eu fiz questão de participar dessa comissão, por duas razões: Primeiro, por um pedido de informações que eu fiz a esta Casa; segundo, para ver o problema da Comissão, como funcionava.

Quero confessar a todos que estão presente, aqui e à minha bancada, que o depoimento do nobre Deputado, quando presidia e demais membros da Comissão, a gente via que é uma Comissão que está querendo averiguar as realidades.

Eu acho que nós devemos começar pela Casa; pela nossa Casa primeiro. Nós, antes de falar em corrupção na casa do vizinho, na Secretaria, na Administração, de Finanças, no Porto de Paranaguá, nós precisamos ver o problema da Assembléia do Estado. Eu fiz um pedido, há mais de 60 dias, à Exe-

cutiva, da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e hoje, eu tenho um Requerimento, pedindo para que a Executiva dê informações com referência ao veículo da Quarta Secretaria; e eu gostaria depois disso, de encaminhar à Comissão de Corrupção, para ver qual é a atitude que os Senhores vão tomar nessa Comissão, com referência ao Poder Legislativo, a esta Casa.

O SR. RUBENS BUENO - Deputado Fuad Nacli, Vossa Excelência viu e está comprovando que realmente a CPI tem a melhor das boas vontades em averiguar.

Deputado Fuad Nacli, Vossa Excelência disse-me particularmente ontem, após a reunião da CPI, sobre este fato. E não oficialmente, durante a reunião.

O Sr. Fuad Nacli - Está aqui para ser encaminhado.

O SR. RUBENS BUENO - Vossa Excelência, me permita, me disse sobre este assunto ontem, após a reunião; não durante a reunião, oficialmente. E eu disse a Vossa Excelência o que volto a dizer agora, o que aconteceu com a FUNDEPAR, com o DETRAN, com a secretaria de Saúde, com o Porto de Paranaguá, com o IPE, com tudo aquilo que nos chegou às mãos, e foi apurado, também será apurado este. Agora, nós temos um critério interno, de que esses pedidos deverão ser formalizados perante a Comissão Parlamentar de Inquérito. E com muito prazer será apurado e investigado e Vossa Excelência terá ampla liberdade de conduzir e debater este assunto.

O Sr. Fuad Nacli - Eu agradeço mas vai ser encaminhado à Comissão.

Já está hoje o Requerimento na Mesa, o pedido de informação, com referência, à nossa solicitação.

O SR. RUBENS BUENO - Vossa Excelência terá cristalinamente a verdade sobre o fato.

Concedo aparte ao Deputado Airton Cordeiro.

O Sr. Airton Cordeiro - Eu volto agradecer a gentileza de Vossa Excelência apenas para mencionar o seguinte: O Deputado Paulo Furiatti afirmou que nós gostaríamos, digo, gostaríamos muito tempo aqui para dominar os corruptos. O Jornal "O Estado do Paraná" traz hoje uma declaração do Senhor Antonio José Santana Lobo que pediu demissão da Presidência da Banestado Reflorestadora, que é homem de militância política no Município de Paranaguá que vem de uma família tradicional daquele Município, ele diz o seguinte, Deputado Rubens Bueno: "Quem sair do Governo Richa, preci-

sa ter agora em mãos, um atestado de boa conduta, para não ser confundido com os pecaminosos". A afirmação não é minha. O atestado de boa conduta, pede quem deixa o Governo Richa.

O SR. RUBENS BUENO - Vossa Excelência vai me dever mais uma. Continua desconhecendo o que acontece na Assembléia Legislativa. Vossa Excelência participa muito de programa de televisão. Eu quero provar a Vossa Excelência.

O Sr. Airton Cordeiro- Deputado Rubens Bueno, eu estou me louvando numa declaração de um ex-auxiliar do Governo de Vossa Excelência.

O SR. RUBENS BUENO - Mas eu não vou negar essa declaração. Permita-me eu não vou negar essa declaração. Só quero provar mais uma vez, que Vossa Excelência desconhece o que acontece nesta Casa. Muito ocupado com programas de...

O Sr. Airton Cordeiro- É o juízo que Vossa Excelência faz.

O SR. RUBENS BUENO - Eu quero provar a Vossa Excelência, quero provar à Casa. Na reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, foi lido na íntegra este documento que nos foi enviado pelo Professor José Antonio Santana Lobo. Na íntegra e o relatório final com relação à Banestado Reflorestadora, será discutido e votado na reunião de amanhã. Vossa Excelência mais uma vez desconhece o que acontece nesta Casa.

O Sr. Airton Cordeiro- Eu estou mostrando a Vossa Excelência coisas de ontem e de hoje. A entrevista do Secretário dos Transportes é de ontem e de ante-ontem. A declaração do Senhor José Antonio Lobo é de hoje e não, de amanhã.

O SR. RUBENS BUENO - Mas não pode sair no jornal no mesmo dia. Foi de ontem a declaração. Foi lida na CPI, na reunião de ontem. O Deputado Fuad Nacli estava presente. Vossa Excelência me permita. Pela segunda vez está desconhecendo o que acontece nesta Casa.

O Sr. Airton Cordeiro- Ora, Deputado Rubens Bueno, até porque ...

O SR. RUBENS BUENO - Permita-me Deputado Airton Cordeiro. Concedi aparte a Vossa Excelência por diversas vezes e nem sempre acontece quando a gente pede aparte aos Deputados que estão lá na tribuna do lado do PDS, talvez por falta de tempo e nós reconhecemos isso, Vossa Excelência tem rádio e televisão e não usa a tribuna

para denunciar o que denuncia lá, porque nós não temos o direito de resposta.

Concedo o aparte ao Deputado Adhail Sprenger Passos.

O Sr. Adhail Sprenger Passos- Eu queria apenas aditar a Vossa Excelência, que a imprensa publicou hoje a carta do Senhor Lobo, porque naturalmente, a imprensa assistiu à reunião da CPI nesta Casa, havida ontem. Essa notícia dos jornais que está servindo de base para o aparte do Deputado Airton Cordeiro, é uma notícia da imprensa extraída da reunião extraordinária de ontem da CPI da corrupção.

O SR. RUBENS BUENO - Até como homem de imprensa ele fica devendo estar ao lado dos grandes acontecimentos.

Concedo um aparte ao Deputado Kirinus.

O Sr. Gernote Kirinus- Nobre Deputado Rubens Bueno, nós gostaríamos de registrar nesse nosso aparte, de que a Assembléia Legislativa quando foi acusada, suspeitada de corrupção no Caso Hoyller, remeteu espontaneamente à CPI da corrupção, toda documentação necessária até aquela que seria solicitada. Nós recebemos vários requerimentos de Deputados, solicitando informações à Mesa Executiva e todas elas foram prestadas.

Em relação ao Requerimento do Deputado Fuad Nacli, nós estamos querendo dar um informe completo e inclusive levantar questões anteriores, para que ele possa estar munido, porque o requerimento dizia respeito ao uso de veículos da Assembléia, inclusive sobre o andamento da oficina dessa Assembléia e nós queríamos informar também das gestões anteriores, de certas suspeitas que foram levantadas de carros que entraram novos e depois apareceram em poucos meses, com motores velhos e fundidos.

Nós queremos dar um informe completo. Por isso estamos demorando inclusive em dar a resposta, para dar toda informação necessária, que essa Casa, a Assembléia Legislativa, não necessita, inclusive nem a CPI de corrupção, porque é uma transparência total.

Porque o que se decide na Primeira Secretaria ou na Comissão Executiva, em questão de minutos, passa a ser do conhecimento da Casa Inteira. E isso é um fato notório, todos sabem, tanto é que faturas de firmas chegam antes no jornal do Senhor Pimentel do que na Mesa do 1.º Secretário. Nós temos experiência já do ano passado. Mesmo assim não nos negamos a dar todas as informações desde que, as perguntas sejam realmente passíveis de respostas concretas e, quando não o são, procuramos exaurir todas as informações necessárias para dar

informação. E, se nós até hoje ainda não entendemos de que reconhecemos que existem carros faltando para certas Secretarias da Mesa, é porque existe um Projeto de Lei do finado e saudoso Deputado Gabriel Sampaio, regulamentando e ainda não foi votado o Projeto e nós não temos condições de atender o requerimento e os direitos que são dos componentes da Mesa enquanto não for votado esse Projeto, pelo menos quando houver uma decisão de plenário a respeito.

Estamos no aguardo disso. Só para esclarecer de que realmente, esta Casa, a Assembléia Legislativa é uma transparência total, mesmo queiram ou não queiram os componentes da Mesa.

O SR. RUBENS BUENO - Eu incorporo o aparte de Vossa Excelência.

O Sr. Fuad Nacli - Vossa Excelência me concede um aparte?

Eu agradeço o aparte do nobre Deputado. Quero confessar a Vossa Excelência e a minha bancada, que ontem, fiz questão como disse, eu quero me congratular com a vossa bancada pela maneira e pela lisura que está conduzindo essa Comissão Parlamentar. Com referência ao 1.º Secretário que se refere que existe um Projeto do saudoso Deputado Gabriel Sampaio. Nós temos conhecimento que foi rejeitado com Parecer contrário da C.C.J. Mas gostaríamos que todos os Deputados da Mesa tivessem o mesmo tratamento, porque uns têm e outros não. Eu acho, também, como eu ouvi perfeitamente o depoimento de diversas pessoas. Eu acho que a corrupção não é da maneira que se corrompe é da maneira que se conduz. E o 1.º Secretário que me desculpe, mas não justifica a sua justificativa dizendo que existe um projeto transmitindo que uns Deputados têm e outros não.

O SR. RUBENS BUENO - Eu agradeço a Vossa Excelência, mas quero lembrar ao Deputado Gernote Kirinus e ao Deputado Fuad Nacli, que nós vamos investigar este fato desde que seja oficializado perante a C.P.I.

Mas eu estava falando sobre Colégio Eleitoral e viemos parar em corrupção aqui no Paraná. Ainda bem que nós não temos Colégio Eleitoral no Paraná se não a corrupção seria bem grande. (Lê):

"Antes de tomar essa posição ainda há outros meios, como continuar pressionando os Parlamentares para a aprovação da Emenda Constitucional.

As verdadeiras saídas para a conjuntura nacional todos estamos cansados de saber quais são: as eleições diretas e a Assembléia Nacional Constituinte. Os paliativos a nada levam; nesta hora, fala mais alto o patriotismo e o espírito de sobre-

vivência. E ninguém está aguentando mais esta situação: os saques, as revoltas, e os quebra-quebras demonstram a necessidade premente na promoção de mudanças em todos os níveis, e até a tradicional definição de que "o brasileiro é acomodado", foi superada pelas imagens diárias de descontentamento e da intranquilidade.

Como afirmou o Jornalista Ricardo Kotscho, da "Folha de São Paulo" em recente artigo transcrito naquele conceituado e corajoso periódico, o País encontra-se numa encruzilhada, em que o que importa é que as oposições caminhem junto com o povo rumo à democracia, sem se preocupar em administrá-lo, ou a "conversa fiada" de supostas negociações vão acabar nos levando a uma tragédia muito mais grave do que a que vivenciamos hoje.

Enquanto não for implantada a nível nacional uma verdadeira democracia, em que Governantes e Governados se unam numa corrente, com o objetivo primordial da recuperação de todos os institutos trucidados pela ditadura, enquanto continuarmos apoiando o espúrio Colégio Eleitoral, enquanto os detentores do poder não abrirem mão de suas mesquinhas vantagens em favor da totalidade da população, enquanto perdermos tempo com as supostas boas intenções e falácias daqueles que tem seus interesses pessoais acima dos da maioria dos brasileiros, enquanto tudo isso continuar ocorrendo Senhor Presidente, Senhores Deputados, estaremos a um passo de um desfecho inopinado para toda esta crise. As facções mais moderadas da sociedade já alertaram para esse terrível perigo, cumprindo, agora, ao Congresso Nacional tomar uma posição condizente com essa realidade, através de uma saída que venha de encontro aos anseios de todos os sofridos habitantes deste imenso Brasil.

Muito obrigado".

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa consulta à Liderança do PMDB se fará uso do horário restante. Com a palavra o Deputado Nilso Sguarezi, por 15 minutos.

O SR. NILSO SGUAREZI - Primeiro Senhor Presidente e Senhores Deputados, eu queria informar ao nobre Deputado Erondy Silvério que a liderança do Governo não foi insensível ao seu apelo quanto às taxas do Detran. Eu passo às mãos do nobre Deputado a ata de reunião que realizamos neste Plenário no dia 20 do mês corrente com a direção do Detran e com uma Comissão de Despachantes do Trânsito. Nesta reunião em que foram debatidos os assuntos, e principalmente o nível da taxa dos serviços do Detran, ficou ajustado entre a categoria dos Despachantes e a Direção do Detran, que a Comissão e a Associação dos



Despachantes enviaria um documento por escrito ao Detran, colocando a reivindicação ao nível de que ela entende ser justa as novas taxas. E de que seria marcada uma nova reunião com a presença de deputados de ambas as bancadas para debatermos no Detran, a fim de estudarmos um anteprojeto de lei para reformularmos esta matéria.

Então eu quero declarar a Vossa Excelência, ao mesmo tempo em que passo a cópia da Ata, e convidar Vossa Excelência quando desta reunião do Detran para dar apoio ao seu projeto de lei e encontrarmos conjuntamente uma fórmula correta que venha realmente adequar estas taxas para uma realidade que vai se afigurar mais grave, não agora, mas quando forem fixados os novos valores do valor de referência.

Então eu quero dizer a Vossa Excelência de que estamos preocupados com esse assunto e que o assunto é complexo e que depende de estudos para que nós atendamos todas as partes. Porque há, nobre Deputado a considerar, que se nós adotarmos a fórmula que Vossa Excelência propõe, dos 70%, outros Estados já cobram taxas mais caras do que essas que estão previstas. Se nós reduzirmos ainda em 70%, então alguns serviços como Vossa Excelência propõe uma redução genérica, alguns serviços ficarão altamente deficientes.

Então o assunto é complexo e eu reconheço a preocupação de Vossa Excelência, que é a nossa preocupação e estamos empenhados para resolvermos este problema.

**O Sr. Erondy Silvério-** Vossa Excelência permite um aparte? (**Assentimento do orador**).

Eu agradeço a Vossa Excelência e quero afirmar que eu não disse que Vossa Excelência foi insensível ao nosso apelo. Eu disse que na ocasião da votação houve realmente protesto, mas que a maioria aprovou efetivamente a mensagem. E eu me congratulo com Vossa Excelência pelo interesse que está tomando, não só Vossa Excelência como toda a Bancada do PMDB.

Eu quero dizer a Vossa Excelência que o projeto de lei que apresentei são números, números que podem ser modificados, de acordo com estudos que se façam necessários na oportunidade.

Mas veja Vossa Excelência, que eu estou a par da atual tabela reduzindo em 70%, o que dá um aumento médio de 1500% sobre as taxas que vigiam antes da referida Lei. Então, vê Vossa Excelência que elas não ficariam defasadas, porque o que nós não podemos aceitar é que um exame psicotécnico de três mil e tantos cruzeiros passe a cinquenta e quatro mil cruzeiros. Agora 70% de cinquenta e quatro mil cru-

zeiros são trinta e sete mil cruzeiros, fica dezessete mil cruzeiros a taxa ainda; vê que não há defasagem na cobrança das taxas.

Entretanto, já é um ponto de partida. Eu lancei um número que pode ser modificado, evidentemente, de acordo com estudos que serão feitos dentro de um critério normativo, e dentro de um critério justo para que as taxas sejam realmente atualizadas sem provocar uma sangria no bolso do contribuinte. Eu agradeço a Vossa Excelência a atenção e também me congratulo com o interesse que Vossa Excelência e sua Bancada estão tendo pelo problema.

**O SR. NILSO SGUAREZI - Muito obrigado. (Lê):**

"A Cárie dental é uma das doenças mais frequentes e difundidas do mundo, atingindo, indiferentemente, qualquer raça, numa proporção de 99% da população.

Aparece pouco depois da erupção dos dentes temporários, atacando, sucessivamente, todos os dentes aos 30 anos de idade. O Brasil tem mais de 30 milhões de desdentados. Aliás, chega a bater o recorde nesta área, na América Latina, segundo dizem alguns especialistas. E mais, apresenta uma média de 7,2 dentes permanentes atingidos pela cárie, perdidos ou obstruídos, por crianças de 12 anos. De acordo com critérios da Organização Mundial de Saúde (OMS), o índice máximo de CPO (dentes perdidos, cariados e obstruídos) aceito numa criança de 12 anos, é de 3.0. E o Brasil está com 7.2. As consequências dessa enfermidade são várias, especialmente na infância e na adolescência, traduzidas em perda dentária e redução da função mastigatória, que levam a uma nutrição deficiente e a um baixo rendimento escolar, além de danosas repercussões psicológicas e sociais.

Isto leva à conclusão de que a odontologia se constitui em importante área do Setor SAÚDE, e no entanto, vem sendo tradicionalmente deixada à margem de programas globais de saúde, quer devido à não implementação de tecnologia adequada ao bloqueio das doenças bucais, como ao elevado custo dos serviços odontológicos.

Isto deixa claro a urgência de se implantar uma política adequada de saúde bucal, voltada para as necessidades da população e embasada nos princípios de "Promoção da Saúde". Sabe-se que o controle deste problema somente por métodos curativos, dando a sua magnitude, torna-se impossível, pois os recursos humanos disponíveis são insuficientes para atender as necessidades acumuladas. Apenas ações curativas não resolverão os problemas básicos de saúde oral. Para alcançar este alvo, é necessário a mudança do enfoque do binômio DIAGNÓSTICO/TRATAMENTO para o de EPIDEMIO-

LOGIA/PREVENÇÃO, proporcionando modificações no atual sistema de odontologia, que estimulem a adoção de técnicas e procedimentos de menor complexidade, voltadas para beneficiar maior número de pessoas.

Ademais, é indispensável a efetiva utilização de meios preventivos, seja no seu sentido estrito, evitando que as lesões ocorram, e procurando neutralizar aquelas que já estiverem instaladas; seja em sentido mais amplo - proporcionando condições para que esta doença não se instale através de medidas coletivas de atenção à saúde.

Dentre os meios preventivos da cárie dental, destaca-se a adição de Flúor à água de abastecimento público, que reduz em até 65% sua incidência quando ingerido durante toda a vida, diminuindo, portanto, significativamente, as necessidades de tratamento. É um meio prático e econômico; prático, porque atinge facilmente a população servida por água de abastecimento público; econômico, porque o seu custo/benefício é baixo, representado apenas Cr\$ 150,00 por pessoa/ano no Paraná, enquanto, cada tratamento curativo proporcionado pelos serviços institucionais do Estado, custa em média, Cr\$ 29.000,00.

No Brasil, em 1953, a Fundação de Fluoretação Artificial, utilizando o Fluorsilicato de Sódio, que após dez anos, reduziu a incidência da cárie em 68,5% na faixa etária de 6-10 anos.

Em Curitiba, após o uso do Flúor, veiculado pela água de abastecimento público, nas idades de 6 a 12 anos, registrou-se a redução média de 38,4% na prevalência da cárie em dentes permanentes, de 1958 a 1981, segundo dados dos Serviços de Odontologia Sanitária da Secretaria de Saúde e do Bem Estar Social e Prefeitura Municipal.

No Paraná, a SANEPAR mantém, atualmente, 21 sistemas de abastecimento de água fluoretada. Pretende-se ampliar esta situação para todos os municípios onde existe água em que a captação é efetuada por mananciais de superfície, beneficiando, desta maneira, aproximadamente 4.500.000 pessoas, ou seja, 81% da população paranaense. Este empreendimento, segundo dados da SANEPAR, deve importar em um total de Cr\$ 600.000.000,00 (dados de fevereiro de 1984), valor irrisório quando analisado seu custo/benefício (Cr\$ 150,00/pessoa).

Em 1975, o Presidente Ernesto Geisel assinava o Decreto n.º 75.872, que regulamentava a Lei n.º 6.050, de 24 de maio de 1974, que dispõe sobre a fluoretação de água em sistemas públicos de abastecimento.

O texto da lei falava de obrigatoriedade de fluoretar todas as redes de abastecimento público, em cidades brasileiras

com mais de 50.000 (cincoenta mil) habitantes, e dizia mais: o prazo estabelecido pelo Ministério da Saúde era de 10 anos. Infelizmente, foi mais uma Lei não cumprida.

Em 12 de julho de 1983, o Presidente João Figueiredo assinava uma liberação de verba com recursos do FINSOCIAL; a importância de Cr\$ 4 bilhões para fluoretação de água de abastecimento.

Os recursos seriam repassados ao BNH e deste para as companhias de saneamento estaduais. A Secretaria da Saúde, junto com a SANEPAR, enviou em agosto do mesmo ano, um Projeto para implantação desse benefício em todos os Municípios paranaenses, que têm captação natural de água.

A proposta foi aprovada com méritos pelo BNH, e segundo notícias não oficiais, a parcela para o presente ano seria no valor de Cr\$ 168 milhões. Recursos, estes, até agora não liberados.

Independente de locação fora do Estado, a SANEPAR implantou recentemente, nos Municípios de Araucária, Toledo, Irati e Francisco Beltrão.

A proposta, tendo em vista o CUSTO/BENEFÍCIO ser extremamente pequeno, seria, uma vez esgotadas as tentativas a nível federal, que o governo do Estado do Paraná, através da SANEPAR, arque com os recursos necessários para a implantação do Projeto.

Desta maneira, colocaria o nosso Estado na vanguarda da Odontologia Social a nível nacional."

Isto deixa claro, Senhores Deputados, que o tratamento odontológico é importante que se faça preventivamente. A SANEPAR e a Secretaria de Saúde, conjuntamente, enviaram ao BNH e ao BNDS um projeto em que se pretende adotar o meio mais prático e mais barato, curativo da cárie dentária, que é a fluoretação da água.

Atualmente a SANEPAR, em apenas vinte e um municípios do Paraná dispõe desse serviço que custa a insignificância de cento e cinquenta cruzeiros anuais por pessoa, cento e cinquenta cruzeiros para fluoretar a água, ao passo que uma só obturação, aos preços de hoje, custaria vinte e nove mil cruzeiros como prática curativa e não preventiva.

Então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu estou apresentado à Mesa um requerimento em que se pede ao BNH e ao BNDS que agilizem a atribuição desses recursos que são apenas da ordem de seiscientos milhões de cruzeiros para que o Paraná tenha em todos os seus Municípios da rede estadual de abastecimento de água da SANEPAR este método de combate preventivo da cárie que é a fluoretação da água. Isto é, como eu disse ontem desta tribuna, um dos aspectos da preocupação com o social que

este governo tem também a preocupação porque há uma verba no Governo Federal da Ordem de mais de cinco bilhões de cruzeiros para este programa, e nós acreditamos que o Paraná, pelo seu desenvolvimento, pelo que ele representa em contribuição, inclusive de impostos ao Governo Federal, tem direito a obter esta devolução de apenas seiscentos milhões de cruzeiros, quando existe uma verba de mais de cinco bilhões para este exercício atribuído a este plano, e o Paraná será o primeiro Estado a ter um plano estadual de combate à cárie.

Por isso, é importante que o BNH e o BNDS respondam se vão dar ou não vão dar porque é intenção do Governo do Estado, efetivamente, se não conseguir estes recursos, que são direitos legítimos do Paraná, é intenção do Governo do Estado fazer com recursos próprios.

Por isto, peço aos Senhores Deputados que dêem apoio a este requerimento a fim de que possamos ter um pronunciamento em definitivo; porque já fazem mais de seis meses que este projeto foi analisado com pareceres favoráveis do BNH e do BNDS, mas até agora "grana" que é bom, nada! E não há também uma definição se vão dar ou não vão dar. Por isto pedimos este pronunciamento.

Peço ao Senhor Presidente que dê por lida toda a justificativa do meu requerimento que encaminho à Mesa agora, para propiciar tempo e dar o aparte solicitado ao nobre Deputado Adhail Sprenger Passos.

**O Sr. Adhail Sprenger Passos** - Prezado Deputado Nilso Sguarezi, solicitei o aparte para transmitir à Casa que Sua Excelência, o Senhor Governador do Estado, José Richa, acaba de formalizar os atos de nomeação da nova diretoria da Superintendência da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina. Sua Excelência acaba de nomear para Diretor Superintendente da APA, o Engenheiro Olivio Zanella, engenheiro civil que atualmente desempenha o Cargo de Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem da Secretaria dos Transportes. Para a Diretoria Técnica da APA o Senhor Governador acaba de nomear o Engenheiro Julio César Araujo, de Curitiba, atuando na iniciativa privada. Para Diretor Administrativo, o Advogado Ervínio Nizzio, do Banco do Brasil, agência de Paranaguá.

Faço esta comunicação aproveitando o aparte de Vossa Excelência, como um reconhecimento que o Governador faz a esta Casa. Era só.

**O SR. NILSO SGUAREZI** - Agradeço o aparte de Vossa Excelência e acredito, ao tomar conhecimento, de que o Engenheiro Olivio Zanella, que vinha prestando perante o

DER relevantes trabalhos no assessoramento e no acompanhamento ao Deputado Deni Schwartz, é realmente uma pessoa com todas as credenciais para conduzir, de maneira auspiciosa, o Porto de Paranaguá. E acredito mesmo que o Senhor Governador do Estado, ao escolher o gaúcho Olivio Zanella, teve em mente, principalmente, o ótimo relacionamento que o Doutor Zanella dispõe com o atual Ministro dos Transportes, Cloraldino Severo. Porque todos no Paraná sabem que são duas pessoas amigas, conterrâneos e acredito que o Governador do Estado foi muito hábil ao indicar esta época porque será uma garantia para mantermos o Porto de Paranaguá sendo explorado pelo Governador do Estado do Paraná. Tendo em vista exatamente o relacionamento pessoal do novo Superintendente e do atual Ministro dos Transportes. Era realmente uma das preocupações do Governo do Estado, a propalada federalização, que não é federalização, mas retomada da exploração por parte do Governo do Paraná.

Quero nesta oportunidade também, Senhor Presidente, me congratular com aquelas vozes do PDS que se levantaram aqui em defesa da manutenção do Porto ao Estado do Paraná. Os Deputados que assim o fizeram, os políticos que assim agiram, deram na realidade, uma demonstração de maturidade política, de defensores dos legítimos interesses do povo do Paraná. Ao passo que aqueles que intencionalmente se omitiram, ou que nos bastidores tentaram conseguir com que o Governo Federal retomasse a exploração do Porto, na verdade agiram contra os interesses legítimos do nosso Estado.

Por isto, Senhor Presidente, fica feita a comunicação do Deputado Adhail Sprenger Passos, quanto à problemática toda que envolveu o Porto de Paranaguá.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

**O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos)** - A Mesa consulta à Liderança do Partido Democrático Social se fará uso do horário que lhe é destinado.

**O SR. TUGUIO SETOGUTTE** - Deputado Ailton Cordeiro por cinco minutos. O Deputado Odeni Mongruel por dez minutos. O restante por este Deputado.

**O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos)** - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Ailton Cordeiro, por cinco minutos.

**O SR. AIRTON CORDEIRO** - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Primeiramente, eu devo agradecer a audiência da bancada do PMDB, ao programa de televisão do qual eu participo, como pro-

fissional, como jornalista profissional, com 25 anos de sindicalização, pior seguramente, é suportar o Governador Richa nas suas frequentes aparições na televisão comprando horários com dinheiro nosso para falar mentiras para o povo do Paraná.

Como da mesma forma, é justo que se reconheça que vários parlamentares da Oposição ao Governo Federal da situação dentro do Paraná, se utilizam do mesmo programa de televisão para fazer aparições muito frequentes e democraticamente e para dizer o que pensam, o Deputado Alencar Furtado, que cobra inclusive uma ação contra este Deputado, por inúmeras vezes que foi entrevistado pelo Televisão Iguazu Canal 4, aliás lembro-me de um pronunciamento de Sua Excelência, o Deputado Alencar Furtado é precursor nas críticas ao Senhor Erasmo Garanhão nesta Casa, foi dos primeiros a fazer críticas violentas ao Senhor Garanhão, cobrando um posicionamento ao Governador José Richa, é um direito de Sua Excelência, eu acho que sua Excelência age corretamente.

Mas o Governo das inadequações, que é o novo termo utilizado pelo governo do PMDB, para justificar afastamento de pessoas por atos imorais ou de corrupção, acaba de demonstrar claramente todo seu desprezo pelo município de Paranaguá, na indicação do novo Superintendente do Porto de Paranaguá, Superintendência que histórica e tradicionalmente foi sempre ocupada por pessoas de Paranaguá, por lideranças de Paranaguá, aqui bem pertinho de Curitiba, onde começou a civilização deste Estado.

Paranaguá hoje não tem na Superintendência do seu porto um seu filho, e eu fico triste, Deputado Nelson Buffara, fico triste Senhores Vereadores de Paranaguá que aqui estão, mas esta é mais uma dívida do Governo Richa para com Paranaguá e para com este Estado.

O governador que vem falar em defesa do porto e que se recusa a mandar construir mais 350 metros de cais acostável para o Porto de Paranaguá, justificando-se perante os parnanguaras de que esta é uma atribuição da PORTOBRAS, onde é que ficam os interesses maiores do Paraná, esta é mais uma inadequação do governo do PMDB, que se transformou em governo vago e fechado.

Mas venho à tribuna Senhor Presidente, para fazer à Casa uma denúncia extremamente séria que chegou ao meu conhecimento ontem, através de uma comissão de alunos da Universidade Católica do Paraná. Estes alunos denunciaram que o Secretário de Estado da Segurança Pública, Secretário do Governo Richa, instiga a greve na universidade Católica do Paraná; alunos que denunciavam que o Presidente do PMDB do Paraná, o

Senador da República, Álvaro Dias, esteve no conflagrado "campus" da Universidade Católica do Paraná, estimulando a greve dos universitários; alunos que denunciam a presença de Deputados e Vereadores do PMDB na mesma Universidade Católica do Paraná, estimulando esta greve, quando todos nós temos conhecimento de que se cabe efetivamente perante a Universidade um papel à classe política...

O **Sr. Osvaldo Alencar Furtado** - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) - A Mesa comunica ao orador, que o tempo destinado por vossa liderança, está esgotado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - A Liderança concede mais 2 minutos.

O SR. PRESIDENTE (**Trajano Bastos**) - A Mesa concederá mais 5, porque não há como controlar dois minutos Vossa Excelência está com a palavra por mais 5 minutos.

O **Sr. Osvaldo Alencar Furtado** - Vossa Excelência concede um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO - Então, Senhor Presidente, Senhores Deputados, um Secretário de Estado que tem que preservar, que tem que zelar pela segurança pública dos paranaenses, está no meio de uma universidade, estimulando a greve? E louvo, louvo a Reitoria da Universidade Católica, na pessoa do Professor Osvaldo Arns, que em nenhum momento solicitou a presença de aparato policial, no seu "campus". Mesmo tendo a sua Universidade invadida, e invadida com a ajuda psicológica, com o estímulo do Senador Álvaro Dias, Presidente Regional do PMDB; com a omissão do Governador José Richa, que sabe que o seu secretário age da forma como nós estamos denunciando aqui e silenciosamente. É mais um comportamento inadequado do Governador. E o que é que nós queremos, Senhor Presidente? Nós estamos propondo à Mesa...

O **Sr. Osvaldo Alencar Furtado** - Vossa Excelência concede um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO - ... através de requerimento, um oferecimento, uma oferta, uma disposição da Assembléia Legislativa do Paraná...

O **Sr. Osvaldo Alencar Furtado** - (Pela Ordem) Senhor Presidente, apenas para saber da Presidência, se é regimental um Deputado solicitar aparte a um outro Deputado que se encontra na tribuna, e ele fazer "ouvido de mercador" e pelo menos não ter a sinceridade de dizer que prefere o

monólogo, ao diálogo. Gostaria de saber, se é regimental, desrespeitar um companheiros que também solicita um aparte para que se mantenha um diálogo e não os monólogos que ele faz na televisão.

O SR. PRESIDENTE (**Traiano Bastos**) - A Mesa esclarece a Vossa Excelência que a concessão do aparte, é prerrogativa do orador que se encontra na tribuna.

O Sr. **Oswaldo Alencar Furtado** - Solicito o aparte, ao ilustre orador.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Eu agradeço, Senhor Presidente. E preferia que o Deputado Alencar Furtado conhecesse o Regimento da Casa que é o Estatuto de sua conduta neste Parlamento.

Disse antes a Vossa Excelência que concederei o aparte na sequência tão logo eu conclua o meu raciocínio. Peço a Vossa Excelência que tenha paciência, porque o meu tempo, infelizmente, é limitado.

Continuo, Senhor Presidente, o que proponho à Mesa, é que a Assembléia Legislativa do Paraná, como poder que representa a sociedade paranaense...

O Sr. **Dirceu Manfrinato** - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO - Na sequência, proponho, Senhor Presidente, que a Assembléia Legislativa desse Estado, que representa a sociedade do Paraná, não como interventora, mas como instituição que tem por finalidade principal, servir ao povo do Paraná, se apresente ao Diretório Central de Estudantes, da Universidade Católica do Paraná, e à Reitoria da mesma Universidade, oferecendo a colaboração de quatro parlamentares, dois de cada bancada, para que em comissão, esta Assembléia possa se fazer presente nessas negociações e venha intermediar a conciliação que nos interessa. Interessa ao Paraná, interessa...

O Sr. **Oswaldo Alencar Furtado** - Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO - ...que interessa..

O Sr. **Dirceu Manfrinato** - Vossa Excelência concede um aparte, nobre Deputado?

O SR. AIRTON CORDEIRO - Interessa ao Paraná a uma instituição, que é para universalizar o conhecimento humano e não uma instituição que se preste aos interesses menores dos oportunistas de sempre, que por este caminho já levaram os paranaenses ao engodo em 1982.

O Sr. **Oswaldo Alencar Furtado** - Concede um

aparte, ilustre Deputado Airton Cordeiro?

O SR. AIRTON CORDEIRO - Senhor Presidente e Senhores Deputados, que o Presidente de um partido político, da expressão eleitoral do PMDB, vá pretender organizar o Comício das Eleições Diretas...

O Sr. **Oswaldo Alencar Furtado** - Vossa Excelência tem medo da verdade, por isso não concede o aparte.

O SR. AIRTON CORDEIRO - ...no campus da Universidade Católica do Paraná...

O Sr. **Oswaldo Alencar Furtado** - A Verdade dói nos seus ouvidos, por isso Vossa Excelência não concede aparte.

O Sr. **Dirceu Manfrinato** - Vossa Excelência concede um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO - Senhor Presidente, eu lhe peço...

O SR. PRESIDENTE (**Traiano Bastos**) Vossa Excelência está com a palavra.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Senhor Presidente eu gostaria que o Senhor me descontasse o tempo...

O SR. PRESIDENTE (**Traiano Bastos**) O tempo que Vossa Excelência tinha, concedido por Vossa Liderança, está esgotado. Consulto à Liderança do Partido se prorroga o vosso tempo.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Eu concluo, Senhor Presidente, concluo dizendo que eu lamento que o PMDB se preste no Paraná a este tipo de coisa...

O Sr. **Oswaldo Alencar Furtado** - Nós lamentamos a sua covardia em não admitir aparte para não ouvir a verdade verdadeira.

O Sr. **Luiz Alberto Oliveira** (Pela Ordem) Vossa Excelência não pode deixar que no Plenário sejam feitas agressões verbais, como estão ocorrendo agora, no horário impróprio, no horário em que o Deputado que deve conhecer o Regimento Interno da Casa, deve ler o Regimento Interno da Casa, tenha este tipo de agressão em relação a um outro parlamentar que acaba de sair da tribuna.

O SR. PRESIDENTE (**Traiano Bastos**) - A Mesa vai responder à questão de ordem levantada por Vossa Excelência.

Vossa Excelência é testemunha de que a Mesa não tem deixado de intervir nos mo-

mentos em que é do seu dever, intervir.

Não pode no entretanto, manter a ordem necessária se não houver a colaboração dos Senhores Deputados.

Esta com a palavra...

O Sr. Dirceu Manfrinato (Pela Ordem) Eu discordo, Senhor Presidente com o posicionamento do Líder do PDS, porque, na verdade, nós do PMDB damos aparte e eles fogem da realidade e não dão aparte ao PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Está com a palavra o Senhor Deputado Odeni Mongruiel.

O SR. ODENI MONGUREL - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"A Mensagem Governamental 123/84, que encaminhou a esta Casa de Leis o Projeto de Lei n. 141/84, que fixa a partir do próximo dia 1.º de julho, os níveis de vencimentos para os servidores públicos estaduais, civis e militares, de ativa e aposentados, em 70%, alterando os valores determinados pela Lei n. 7825/83.

O percentual proposto, mesmo alcançando agora o INPC do mês de julho (calculado com base no mês de maio, com uma defasagem natural de 2 meses), e ainda que rompendo os limites do reajuste salarial fixados pelo Decreto 2065/83, do Governo Federal, não acompanha o aumento real do custo de vida, contribuindo, a sua adoção, mais uma vez, para diminuição do Poder aquisitivo no já enfraquecido vencimento do servidor público do Paraná.

O Poder Legislativo não pode modificar esse percentual proposto pelo Executivo, uma vez que está constitucionalmente impedido de alterar, a maiores, valores orçamentários e/ou financeiros, porém tem o dever de alterar o uso de práticas que, uma vez, adotadas, tragam, na continuidade, prejuízos direta ou indiretamente à sociedade.

O percentual de 70% para o reajuste salarial dos servidores públicos do Paraná, segundo a referida Mensagem governamental está em perfeita harmonia com a atual conjuntura orçamentária e financeira do Governo do Estado.

Harmonia no sentido que não exige esforço maior dos cofres públicos, uma vez que a própria receita estadual, pelas medidas tributárias e de fiscalização enérgica adotadas pelo atual Governo, cresceu em nível superior a 320% ao ano.

Enquanto que os salários dos servidores públicos, diante de uma inflação de 250% ao ano, inspirados e apoiados em índices oficiais de correção (determinados pelo Governo Federal) e que não refletem o alto custo de vida, perdem, cada vez mais,

o poder de compra, contribuindo, com isso, para o empobrecimento desse importante segmento da classe média.

No ano passado, e na condição de presidente da Comissão de Recursos Humanos desta Assembléia, acolhendo pedido da Associação dos Servidores Públicos do Paraná, fizemos um apelo ao Governador do Estado, para que adotasse, o INPC como referência para correção dos salários dos servidores públicos estaduais, isto quando a inflação se encontrava na Casa dos 200% ao ano.

posteriormente o INPC, que já, à época, não refletia fielmente o custo real de vida, ainda mais irreal e defasado ficou, quando teve expurgado valores substanciais, que mesmo incidindo indiretamente sobre os preços, deixaram de ser considerados para efeito de incorporação ao referido índice.

Paralelamente a inflação disparou para níveis ainda mais indecentes e superiores à 250% ao ano, levando, inclusive, a muitas empresas, por iniciativa própria ou do dissídio coletivo entre empregados e empregadores, a não respeitar o Decreto Federal 2065/83, proporcionando reajustes salariais aos seus funcionários, além do INPC, desconhecendo esse índice valor de referência, pois tornou-se absolutamente anacrônico, irreal e injusto.

A verdade é que os critérios adotados pelo INPC, são definidos pelos mesmos interesses que norteiam a política econômica do Governo Federal, em respeito às orientações de organismos financeiros internacionais, e que condenam os investimentos em obras públicas e determinam uma rígida política de controle sobre os salários em geral.

A adoção de percentual de reajuste salarial que se aproxima dos índices oficiais da União, é uma medida simpática ao Governo Federal, porém configura-se como extremamente penalizante aos assalariados em geral, e em particular, ao servidor público estadual, principais colaboradores do Governo do Estado.

Vale-se sempre lembrar que decisões sobre remuneração são importantes para os servidores porque afetam sua renda e, conseqüentemente, seu padrão de vida.

Cada decisão que ocorre sobre o reajuste salarial do servidor, influencia suas possibilidades de conseguir "status", estima e atendimento das próprias necessidades impostas pela sociedade industrial e de consumo dos dias de hoje.

Portanto, essas decisões do Governo sobre a retribuição dos seus servidores, têm uma influência mais ampla que o impacto simplesmente sobre o próprio servidor, pois estende-se à sociedade como um todo.

As decisões sobre salários, se somam,

cumulativamente, a distribuição de uma grande parte da riqueza de todo um sistema econômico.

O Governo deve ter como objetivo o bem-estar do cidadão, e, por extensão, de seus próprios servidores, não devendo, por isso, esgotar atenções, exclusivamente, na arrecadação de tributos e na acumulação de divisas.

Antes de tudo, deve buscar as condições de satisfação das necessidades do homem, na sua complexa natureza, contribuindo em todos os sentidos para conquista de sua felicidade.

O Estado precisa evitar de incorrer no erro de arrecadador desmedido e acumulador egoísta.

Pois, essa postura, implica no aumento das distâncias sociais, uma vez que, concentrando riquezas, reduz as possibilidades de acesso do indivíduo aos benefícios dessa mesma riqueza.

No momento em que o INPC por aproximação, passa a ser adotado pelo governo Estadual, já não mais atende aos interesses da classe dos servidores públicos, que através de sua associação, suplica à correção salarial em torno de 100% para atender, em parte, os rigores da inflação presente.

Quando tantos e importantes setores da produção nacional abandonam o INPC para efeito de reajustes salariais, por compreenderem a sua inadequação, e de caracterizada injustiça social, a adoção desse índice pelo Governo do Paraná, não esconde o arbítrio do executivo estadual que prossegue seguindo suas prioridades e interesses de correção salarial, sempre defasados e que determinarão a seguir, o poder de compra do salário do servidor estadual.

A verdade é que cada ocasião como esta, em que se discute reajuste salarial, verifica-se que a diferença entre os Governos Federal e Estadual, está simplesmente na fala, uma vez que na ação, apresentam-se, rigorosamente, assemelhados.

Diferenciados no discurso político, iguais na política econômica e na política social.

No Brasil, portanto, as diferenças partidárias desaparecem diante do enorme poder do Executivo de tudo fazer conforme deseja, e que mostra, em todos os planos, quanto é incrivelmente parecido ou igual.

Isto confirma o sábio axioma delfiniano: "nada mais parecido com o governo do que as oposições no Governo".

O **Sr. Edmar Luiz Costa** - Vossa Excelência concede-me um aparte?

O **SR. ODENI MONGRUEL** - Concedo aparte ao nobre Deputado Edmar Luiz Costa, pediria ao Deputado que fosse bastante ob-

jetivo.

O **Sr. Edmar Luiz Costa** - Eu lamento que o tempo é curto nobre Deputado, mas eu acredito que o discurso de Vossa Excelência tem o endereço errado, ele não é dirigido ao Governador do Estado do Paraná, mas ao Senhor Presidente da República. Porque o Governo Federal que é comandado pelo seu Partido deu 65% de aumento agora para os funcionários federais, o nosso governo deu 70% aos nossos funcionários, a semestralidade e o 13.º salário o maior índice de aumento do funcionalismo público do Brasil foi concedido pelo Governo do Paraná, em 70%. E acredito que os Funcionários a esta altura, diante do discurso de Vossa Excelência devem estar até aturados, porque quando o PDS mandava os aumentos vinham bem menores, vinha-se abono, quando vinha o aumento tirava-se o abono e o funcionalismo estava preste a realizar greve. Não tenho encontrado Excelência, em parte nenhuma por onde ando, funcionário público do Governo do Paraná, revoltado com o índice de 70%. Ao contrário, depois de lida a tabela do Governo Federal, e todos sabem que o Federal sempre pagou melhor que o Governo Estadual. Hoje nós constatamos que o funcionalismo público do Paraná ganha melhor do que o federal. Eu acredito que apenas o cabeçalho deveria ser alterado no discurso de Vossa Excelência. Enderece cópia ao Presidente João Figueiredo para que ele acabe com a injustiça que está praticando contra o funcionalismo federal. Muito obrigado pelo gentileza de Vossa Excelência.

O **SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos)** A Mesa comunica ao orador que se encontra na tribuna que o tempo que lhe foi concedido pela vossa Liderança já está esgotado.

O orador que se encontra na tribuna está com a palavra mais dez minutos.

O **Sr. Erondy Silvério** - Eu tinha pedido aparte a Vossa Excelência e Vossa Excelência naturalmente não lembrou.

O **SR. ODENI MONGRUEL** - Não, absolutamente, é que o tempo estava esgotado, mais com imenso prazer concedo-lhe aparte agora, uma vez que o Deputado Tuguio Setogutte abriu mão do tempo que lhe era destinado.

O **SR. ERONDY SILVÉRIO** - Eu tinha pedido em primeiro lugar, Vossa Excelência que não observou, mas tudo bem. Já passou também a oportunidade do aparte, mas eu quero aproveitar esse minuto, dois que Vossa Excelência me dá no aparte para deplorar, e deplorar com tristeza as palavras do nobre Deputado Osvaldo Alencar Furtado, dirigida



ao nosso companheiro de Bancada, Deputado Airton Cordeiro. Eu deploro pelo seguinte, porque nós tivemos uma convivência extraordinária nesta Casa com o seu irmão, Deputado Alencar Furtado, hoje Deputado Federal, figura nacionalmente conhecida, respeitada por toda Nação, e que deixou nesta Casa marcas da sua inteligência, do seu comportamento, da sua educação, da sua lhanesa no trato, principalmente com seus colegas, de Parlamento Estadual. E hoje eu vejo, com tristeza, uma agressão insólita do nobre Deputado Osvaldo Alencar Furtado contra o nobre Deputado Airton Cordeiro.

Porque quando os pontos de vista não convergem, quando são divergentes, há de se reconhecer o direito que cada um tem de manter uma postura e uma opinião, sem ser chamado de covarde por quem quer que seja. Porque valente não é aquele que agride, valente é aquele que tem a cordura no coração, a bondade no coração. Este é o homem valente. Apenas porque o nobre Deputado Airton Cordeiro não deu, não pôde dar o aparte, não merecia ser chamado de covarde pelo nobre Deputado Alencar Furtado. Eu deploro isso, lamentavelmente porque conheço a tradição, a fineza de trato da família Alencar Furtado. Por isso é que eu acho que foi um momento infeliz do nobre Deputado, porque ele também é um cidadão educado, é um bom companheiro, e eu acho que foi um momento infeliz, o qual eu deploro em nome até da minha Bancada, porque o Deputado Airton Cordeiro com todos os defeitos e todas as qualidades, além de ser um Deputado representante do povo nesta Casa, de parcela do povo do Paraná, é Secretário Geral do meu Partido, e não merece ser agredido desta forma.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado - Vossa Excelência me concederia a gentileza de um aparte, Deputado Odeni Mongruel?

O SR. ODENI MONGRUEL - A seguir. Eu gostaria de dizer ao Deputado Edmar Luiz Costa, que fiz questão de trazer o meu discurso por escrito. Refleti profundamente antes de lê-lo desta tribuna e, procurei evitar que aspectos partidários, que manifestações de ordem emocional se sobrepujassem a um assunto de grande importância. Posso acrescentar ao ilustre Deputado conterrâneo, Edmar Luiz Costa, de que a sua fala, em absoluto, pode ser vista ou entendida como crítica, ao meu discurso.

Tomei todas as precauções, para que esse tipo de rebate não viesse aqui e agora, acontecer. Fiz questão de citar por diversas vezes, que a adoção do índice oficial determinado pelo Governo Federal, representa atitudes do Executivo, seja ele de que plano for, estadual ou municipal, de extremada simpatia ao Governo da União. Porém, extremamente pesados, sacrificantes e penalizantes a medida tomada sobre o po-

vo, de um modo geral, e em particular sobre os servidores públicos.

E me permitiria Deputado, prosseguir a leitura do meu discurso que dará a Vossa Excelência e aos demais companheiros, esclarecimentos mais detalhados, a respeito desta minha disposição em trazer aqui, no Poder Legislativo, que não pode alterar o índice proposto pelo Governo do Estado, a palavra de alerta, porque antes de tudo, é exercício de consciência, e de responsabilidade que coloquemos aquilo, que entendamos seja efetivamente a verdade, desvestidos de qualquer interesse pessoal, egoísta, de grupo ou de qualquer facção partidária.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. ODENI MONGRUEL - Logo em seguida, Sr. Deputado. Devido à escassez do meu tempo.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado - Vossa Excelência me concede um breve aparte?

O SR. ODENI MONGRUEL - Logo em seguida, tão logo eu consiga vencer o meu discurso e imediatamente passarei o aparte a Vossa Excelência que já me solicitou anteriormente ao Deputado Edmar Luiz Costa, e Vossa Excelência, pela segunda vez.

Temos verificado, principalmente, nesta fase de mudanças políticas expressivas que acontece em nosso País, em especial no Paraná, onde as Oposições até 1982, pela forma convincente e oportuna de seus discursos, se faz poder, e nós verificamos que mesmo que pese esse tipo de mudanças ao Poder Legislativo, nada se acrescenta de maior significado e de maior expressão. Continuamos verificando a extrema posição de interioridade que nós nos encontramos, como verdadeiro órgão que representa parcela expressiva das elites e o total da sociedade paranaense, nas nossas atividades legislativas e de fiscalização do Governo.

Temos verificado que mesmo em que pese esse posicionamento na Bancada intransigente do PMDB, na defesa dos postulados da sociedade civil, o Poder Executivo que tem hoje a sustentação, comporta-se rigorosamente igual ao comportamento de outros Executivos, mostrados pela História recente e mais antiga, não apenas neste Estado mas deste País, de um modo geral.

É preciso portanto que nós, mais do que nunca, levantemos o Poder Legislativo. Obrigado. - (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei complementar de autoria do Sr. Deputado Rubens

Bueno, devidamente apoiado, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoia-**  
**do.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Necessita de apoio. - **Apoia-**  
**do.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei complementar de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, devidamente apoiado constitucionalmente, constante do expediente. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Comissão Executiva desta Casa de Leis, encarecendo informações quanto a não colocação de um veículo até esta data para a Quarta secretaria. - **À Comissão Executiva.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando preferência de votação aos Projetos de Lei n.º 141 e 49/84, e aos Projetos de Resolução de n.º 113 e 108/84, constantes da Ordem do Dia de hoje. - **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 141/84, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 123/84), que objetiva majorar em 70% (setenta por cento), os vencimentos do Funcionalismo Público Civil e Militar do Estado, a partir de 01 de julho de 1984. Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., com EMENDA SUBSTITUTIVA da C.C.J., por unanimidade. Com EMENDA DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Está em discussão o Projeto e as Emendas. - Em votação.

Em votação a Emenda de n.º, aprovada em 2.<sup>a</sup> discussão. - **Aprovada.**

Em votação o Substitutivo Geral apresentado pela CCJ. - **Aprovado.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 49/84, que objetiva alterar dispositivos do Quadro de Pessoal da Secretaria do Egrégio Tribunal de Alçada, na forma que especifica e dá outras providências. Com parecer FAVORÁVEL e EMENDA da C.C.J., por unanimidade. - EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emendas Aditivas de n.º 01, 02 e 03, assinadas por diversos Srs. Deputados, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA N.º 01 AO  
PROJETO DE LEI N.º 49/84

Acrescente-se onde couber

Art. .... - Os cargos de provimento efetivo da série de classes de Médico do Tribunal de Justiça, Código PJ-TJ-103, ní-

veis cinco (5) e quatro (4), previstos na Tabela II, Anexo I, da Lei n.º 7.547, de 10 de dezembro de 1981, passam a ter, mantido o mesmo Código, os níveis de vencimento três (3) e dois (2), respectivamente.

Sala das Sessões, em 27/06/84.

(aa) ANIBAL KHURY

TADEU LÚCIO MACHADO

EDMAR LUIZ COSTA

HERMAS BRANDÃO

#### JUSTIFICATIVA:

Tal emenda objetiva dar aos ocupantes dos cargos da série de classes de Médico do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, vencimento mais concentrado não só com o currículo do curso universitário, mas também com a relevância e responsabilidade das funções exercidas, a exemplo do que já ocorreu nesta Assembléia Legislativa, com a edição da Lei n.º 7.784, de 14 de dezembro de 1983.

EMENDA ADITIVA N.º 02 AO

PROJETO DE LEI N.º 49/84

Acrescente-se onde couber

Art. ... - Aos ocupantes dos cargos da série de classes de Assessor Jurídico do Tribunal de Justiça, previstos na Tabela II, do Anexo I, da Lei n.º 7.547, de verba de representação, nos termos do artigo 11 da Lei n.º 7.825, de 29 de dezembro de 1983, a partir da vigência desta Lei.

Sala das Sessões, em 27/06/84.

(aa) ANIBAL KHURY

TADEU LÚCIO MACHADO

EDMAR LUIZ COSTA

HERMAS BRANDÃO

#### JUSTIFICATIVA:

Quando das diretrizes para elaboração dos anteprojetos de Lei que resultaram nas Leis n.ºs 7.031, de 15 de setembro de 1978, e 7.074, de 02 de janeiro de 1979, a primeira, que dispôs sobre a carreira de Assistente Jurídico (hoje Assessor Jurídico) do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, e a segunda, que instituiu em Quadro Especial, na Procuradoria Geral do Estado, a carreira de Procurador do Estado, houve orientação da Chefia do Poder Executivo no sentido de que deveria haver equivalência de vencimentos para cargos assemelhados, em observância do princípio constitucional da isonomia, o que efetivamente ocorreu.

Essa equivalência de vencimentos existiu até o advento da Lei n.º 7.825, de 29 de dezembro de 1983, quando foi atribuída, aos integrantes do Quadro Pessoal da Procuradoria Geral do Estado, verba de representação no percentual de 60% (sessenta por cento) sobre os respectivos vencimentos, incorporável aos mesmos vencimentos para todos os efeitos legais.

Assim, para restauração da equivalência de vencimentos de cargos assemelhados, é a presente emenda que submeto à elevada apreciação desta augusta Assembléia.

EMENDA DE N.º 03 AO  
PROJETO DE LEI N.º 49/84

Acrescente-se, onde couber, o seguinte dispositivo:

"Art. ... - Aos servidores que tenham exercido pelos períodos que estabelece o Art. 140 do Estatuto dos Funcionários Civis do Estado, função de direção que posteriormente originou cargo em comissão, fica assegurado o direito à aposentadoria com as vantagens do aludido cargo".

Sala das Sessões, em 27/06/84.

(aa) NILSO SGUAREZI  
FUAD NACLI  
ADHAIL SPRENGER PASSOS  
GILBERTO CARVALHO  
EZEQUIAS LOSSO

JUSTIFICATIVA:

A Lei n.º 7.547, de 10 de dezembro de 1981, publicada no Diário Oficial do Estado de 14 do mesmo mês e ano, que deu nova estrutura ao Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Justiça, dispõe em seu Art. 16:

"Aos servidores que tenham exercido pelos períodos que estabelece o Art. 140 do Estatuto dos Funcionários Civis do Estado, função de direção, posteriormente transformado em cargo em comissão, fica assegurado o direito à aposentadoria com as vantagens do aludido cargo".

Posteriormente, foi sancionada pelo Governador do Estado, a Lei n.º 7.577, de 12 de maio de 1982, publicada no Diário Oficial do Estado de 14 do referido mês e ano, dando nova estrutura ao Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal de Alçada e, inexplicavelmente, não foi reproduzido dispositivo igual àquele anteriormente citado e contemplado na Lei n.º 7.547.

O que se pretende com a emenda é justamente sanar essa lacuna, uma vez que, sendo os dois Tribunais de segunda instância, integrantes ambos do Poder Judiciário, absurdo seria conceder aos funcionários da Secretaria do Tribunal de Justiça, uma vantagem negada aos que pertencem à Secretaria do Tribunal de Alçada.

A emenda, consequentemente, visa restabelecer a igualdade de tratamento, a funcionários que hoje têm tratamento desigual.

Em discussão o Projeto e as Emendas. - Em votação o Projeto, ressalvadas as emendas. - **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a Emenda de n.º 01, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury. **Aprovada.**

Em votação a Emenda de n.º 02, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury. **Aprovada.**

Em votação a Emenda de n.º 03, de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi. - **Aprovada.**

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 113/84, de autoria do Deputado NESTOR BAPTISTA E OUTROS, que fixa remuneração do Deputado Estadual, os subsídios e a verba de representação do Governador e Vice-Governador, com vigência a partir de 01 de julho de 1984. Com pareceres FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o mesmo, substitutivo Geral de autoria dos Srs. Deputados Nilso Sguarezi, Caíto Quintana, Nestor Baptista e subscrito por demais Srs. Deputados, nos seguintes termos:

SUBSTITUTIVO GERAL AO  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 113/84

Art. 1.º - A remuneração do Deputado Estadual será de 2/3 (dois terços) do que percebem, a quaisquer títulos, os Deputados Federais.

Art. 2.º - A parte fixa dos subsídios e a ajuda de custo, serão pagas proporcionalmente ao que percebem, sob esses mesmos títulos, os Deputados Federais; a soma da parte variável e das sessões extraordinárias corresponderão à 2/3 (dois terços) dos valores que a estes forem atribuídos por comparecimento a sessões no âmbito do Poder Legislativo Federal.

Art. 3.º - Esta Resolução entrará em vigor no dia 01 de julho de 1984, ficando revogados o artigo primeiro da Resolução n.º 01, de 03 de janeiro de 1983 e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26/06/84.

(aa) NILSO SGUAREZI  
CAÍTO QUINTANA  
NESTOR BAPTISTA  
ACIR MEZZADRI  
GERNOTE KIRINUS

Em discussão o Projeto e o Substitutivo Geral.

Em votação o Substitutivo Geral. - **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 108/84, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que dispõe sobre a movimentação de Referências, Progressão e Ascensão Funcionais, previstos nos artigos 24 e 25 da Lei n.º 7.784 de 14.12.83, na forma que especifica. Com parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Com EMENDA DE PLENÁRIO. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em discussão o projeto e as emendas.

Em votação a Emenda de n.º 01, de autoria do Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado. -

**Rejeitada.**

Em votação a Emenda de n.º 02, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli. **Aprovada.**

Em votação a Emenda de n.º 03 de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, devidamente apoiada. **Aprovada.**

Em votação a Emenda de n.º 04, aprovada em 2.ª discussão, devidamente apoiada. **Aprovada.**

Em votação a Emenda de n.º 05, devidamente apoiada. **Aprovada.**

Em votação a Emenda de n.º 06, devidamente apoiada. **Aprovada.**

Em votação a Emenda de n.º 07, devidamente apoiada. **Aprovada.**

Está em votação o Projeto. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia; conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Lei n.º 02/84, que considera em extinção as atuais vagas de Oficiais do Quadro de Capelães Policiais-Militares (QCPM) previstas na Lei n.º 7.047, de 21 de novembro de 1978, alterada pela lei n.º 7638, de 10 de setembro de 1982, e dá outras providências. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Lei n.º 24/84, que declara de utilidade pública o "SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE RONCADOR", com sede no Município de Roncador e foro no Município de Campo Mourão. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Lei n.º 25/84, que declara de utilidade pública o "SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLÉIA DE DEUS DO BRASIL - LAR BOM SAMARITANO", com sede e foro na cidade de Curitiba. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Lei n.º 33/84, que autoriza a doar ao Município de Quedas do Iguaçu, os lotes n.ºs 05, 06 e 07, da quadra 97, com a área total de 1.550.00 m<sup>2</sup>, situados à Rua Seringueira, na sede do referido Município e objeto da matrícula n.º 8.855, de 18.03.82, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Laranjeiras do Sul. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Lei n.º 35/84, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor Padre GUSTAVO HENRIQUE PEREIRA FILHO. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Lei n.º 38/84, que autoriza através da Secretaria de Estado da Saúde Pública e Bem-Estar Social, a criar a Fundação Centro de Assistência ao Deficiente Físico- CADEF, com

sede e foro na cidade de Campo Mourão. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Lei n.º 39/84, que autoriza a criar, através da Secretaria de Estado da Saúde Pública e Bem-Estar Social, o "INSTITUTO DE RECUPERAÇÃO LAR DO MENOR", com sede e foro na cidade de Campo Mourão. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Lei n.º 44/84, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, a Sua Excelência Reverendíssima Dom HELDER PESSOA CÂMARA. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Lei n.º 45/84, que institui meia entrada para estudante em todos os locais públicos, com caráter de lazer e/ou cultura, mantidos pelo Governo do Estado do Paraná. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Resolução n.º 14/84, que aprova Convênio celebrado em 26 de novembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e o Município de Telêmaco Borba, objetivando regular implantação dos serviços de segurança contra incêndios e prestação de socorros públicos na área do referido Município. (Mensagem n.º 36/84). **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Resolução n.º 15/84, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, em 24 de novembro de 1983, através da Secretaria de Estado da Agricultura, e o Ministério do Interior, através da SEMA, objetivando proteção da biota nativa nas áreas destinadas à sua preservação e conservação. (Mensagem n.º 44/84). **Aprovada.**

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Resolução n.º 16/84, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, em 05 de dezembro de 1983, através da Secretaria de Estado da Agricultura, e o Município de Tijucas do Sul, objetivando a realização da VIII- FEMUBASA - Festa Municipal da Batata Salsa. (Mensagem n.º 37/84). **Aprovada.**

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Resolução n.º 17/84, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná em 12 de janeiro de 1984, através da Secretaria de Estado da Agricultura, e o Município de Colorado, objetivando possibilitar condições para realização de trabalhos de pesquisa sobre verminose de bovinos, no referido município. (Mensagem n.º 63/84). **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Resolução n.º 18/84, que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira, celebrados em 08 de

dezembro de 1983, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes. (Mensagem n. 60/84). **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Resolução n. 19/84, que aprova Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Planejamento, com participação da FAMEPAR e Municípios adiante mencionados, objetivando aplicação de recursos financeiros dos programas que especifica. (Mensagem n. 42/84) **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Resolução n. 21/84, que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 08.07.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação ou construção de pontes. (Mensagem n. 158/83). **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** - do Projeto de Resolução n. 22/84, que aprova Termos Aditivos aos Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e os Municípios de Florai, Itambé e Guaraniaçu, respectivamente, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras- PROSAFRAS, no exercício de 1983. **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL**- Do Projeto de Resolução n. 23/84, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira n. 351/83, celebrados em 13.10.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Guaraniaçu, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. (Mensagem n. 05/84). **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** - Do Projeto de Resolução n. 24/84, que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 13.10.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e os Municípios de Florai e São Carlos do Ivaí, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. (Mensagem n. 06/84). **Aprovado.**

2.<sup>a</sup> **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Lei n. 12/84, de autoria do Deputado OSVALDO ALENCAR FURTADO, que dá nova Redação ao Anexo 1, do artigo 16, da Lei n. 7.784, de 14.12.83, conforme especifica. (OCUPANTE CARGO TAQUÍGRAFO). Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.R.H., por

unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> **DISCUSSÃO** - Do Projeto de Lei n. 42/84, de autoria do Deputado OSVALDO ALENCAR FURTADO, que declara de utilidade pública, o "CLUBE PARANAENSE DE MONTANHISMO", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Em votação.**

O SR.OSVALDO ALENCAR FURTADO - Para encaminhar a votação, Senhor Presidente.

O SR.PRESIDENTE (**Trajano Bastos**)- Pela ordem, com a palavra o Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado. Para encaminhar, Vossa Excelência tem a palavra por 10 minutos.

O SR.OSVALDO ALENCAR FURTADO - O Projeto de Lei n. 42/84 visa, principalmente, colaborar com um grupo, com uma plêiade de jovens amantes da natureza e do montanhismo que tem, inclusive com o seu trabalho e dedicação, ajudado e colaborado para a preservação e conservação do Parque Marumbi, ajudando, inclusive, a Polícia Florestal. É uma juventude sadia, como sadia também é, Senhor Presidente, os universitários da Universidade Católica do Paraná, que estavam já esquecidos, pois o PDS defendeu as cacetadas e os bombardeios e os tiros nas testas e que, hoje, ouve estarecida o Secretário-Geral do PDS a somar, na tribuna, para defender a direção da Universidade Católica que escorcha...

(O Senhor Presidente faz soar os tímpanos)

Senhor Presidente, está dentro do espírito do Projeto de Lei que favorece aos montanhistas e gostaria de colocar...

O SR.PRESIDENTE (**Trajano Bastos**)- A Mesa esclarece a Vossa Excelência que no encaminhamento de votação, regimentalmente, Vossa Excelência não poderá desviar o assunto que não a matéria que versa o Projeto que Vossa Excelência solicitou a palavra para encaminhar.

O SR.OSVALDO ALENCAR FURTADO - Exatamente, Senhor Presidente, a nossa intenção era exatamente fazer que um registro, neste Parlamento, de que esta juventude que vai, inclusive, gratuitamente ao pico do Marumbi para defender a natureza porque sabe que a natureza é importante e imprescindível até mesmo para a manutenção da vida, é essa juventude que nunca mais deseja ver o retrocesso político-institucional implantado no Brasil e nas Universidades.

E quando se defende a natureza, e quando se defende o ensino, o acesso ao

ensino e à cultura, eu não vejo porque haver, Senhor Presidente, a menor discrepância no encaminhamento desta matéria, porque jovens se identificam nos quatro cantos do mundo pelas suas posições de idealismo e de defesa da pureza, na condução dos interesses públicos e sociais. Senhor Presidente, acredito que a luta dos estudantes e da Universidade Católica, hoje pagando preços escorchantes de setecentos e oitenta mil cruzeiros por um semestre, por um curso, por exemplo, de medicina. Os estudantes que, até mesmo ter acesso ao "campus" universitário para praticar esportes, têm ainda que desembolsar dinheiro do seu já minguado recurso, para poder praticar esportes. É esta mesma universidade que cobrava antecipado no ano passado a mensalidade dos estudantes.

(O Senhor presidente faz soar os tímpanos)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa lamenta mas solicita a colaboração de Vossa Excelência para o cumprimento do Regimento Interno.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Para concluir, Senhor Presidente, deixo registrado, neste Parlamento, a nossa solidariedade completa e total aos montanhistas do Paraná e, principalmente, aos estudantes da Universidade Católica do Paraná na sua luta justa de reivindicação por um acesso à cultura e à ascensão social.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está em votação o Projeto de Lei n.º 42/84, Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 57/84, de autoria do Senhor Deputado NILSO SGUAREZI, que declara de utilidade pública o "CONSELHO COMUNITÁRIO DE COOPERAÇÃO EM SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL - CONSABES", com sede no Município de Pato Branco. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 94/84, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que declara de utilidade pública o "DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA IGREJA EVANGÉLICA PENTECOSTAL LUZ DE CRISTO - DEPAS", com sede e foro em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 35/84, (Mensagem n.º 21/84 - ex-Proposição n.º 24/84), oriundo do Parecer apro-

vado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos Aditivos de 28.11.83 a Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras de controle da erosão urbana. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 36/84, (Mensagem n.º 23/84 - ex-Proposição n.º 26/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados em 08.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, com participação da FAMEPAR e os Municípios adiante mencionados, objetivando aplicação de recursos financeiros dos programas que especifica. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 37/84, (Mensagem n.º 22/84 - ex-Proposição n.º 25/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 28.11.83, entre o Governo do Estado, através da Secretaria do Interior e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para controle da erosão urbana, nos referidos Municípios. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 25/84 - ex-Proposição n.º 28/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Estado do Paraná, em 10.08.83, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Foz do Iguaçu, objetivando execução de obras públicas em conformidade com o PRODOPAR. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 39/84, (Mensagem n.º 27/84 - ex-Proposição n.º 30/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termos de Cooperação Técnica e Financeira, firmados em 09.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, visando execução de obras para recuperação de estradas. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 40/84, (Mensagem n.º 28/84 - ex-Proposição n.º 31/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrado em 25.04.83, entre o Estado do Paraná,

através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando adoção de ação conjunta com vistas a execução do "PROSAFRAS", no exercício de 1983. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 41/84, (Mensagem n. 30/84- ex-Proposição n. 33/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação e Compromisso n. 30/83, celebrado em 08.11.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Foz do Iguaçu, objetivando ampliação das obras do Terminal Rodoviário de Passageiros. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 42/84, (Mensagem n. 35/84- ex-Proposição n. 38/84), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Termo de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 09.12.83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os Municípios que especifica, objetivando execução de obras para recuperação de estradas. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento das Senhoritas Marga Schartner e Eleonora Schartner, ocorrido no dia 24 de junho do corrente ano, no Município de Palmeira. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Santo Marcene de Paula, ocorrido no Município de Terra Boa. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Tereza Bagatini, ocorrido no Município de Terra Boa. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antonio Belinati, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do menino Fred, ocorrido de maneira trágica na piscina de sua casa no Município de Londrina. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando voto de regozijo à Rádio Clube Paranaense, pela passagem de seu 60. aniversário. **Aprovado. À Diretoria Le-**

**gislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Osvaldo Alencar Furtado, constante do expediente, solicitando voto de regozijo para a menina Sylvanna Lisbôa de Miranda, que representará o Brasil na 6.<sup>a</sup> Gala Internacional dos Pequenos Cantores. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando dispensa da publicação da redação final ao Projeto de Lei Complementar n. 216/83, aos Projetos de Lei n.<sup>os</sup> 12, 46, 48, 49, 50, 56, 57, 83, 86, 88, 94 e 141/84, e aos Projetos de Resolução n.<sup>os</sup> 108 e 113/84. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Coordenador da Bancada do PMDB no Congresso Nacional, encarecendo a aprovação de regulamentação profissional dos técnicos em processamento de dados em tramitação na referida Casa de Leis. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando voto de aplauso ao Instituto de Engenharia do Paraná, pela promoção do 7.<sup>o</sup> Encontro Nacional da Construção e da Exposição Nacional de Construção. EXPO-ENCO/84. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Homero Oguido, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a inclusão no Sistema Rodoviário Estadual, da Estrada Municipal que liga os Municípios de Centenário do Sul e Miras-selva. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor presidente da COPEL, encarecendo a extensão da rede de iluminação pública em trechos de vias públicas nos Municípios de São José dos Pinhais e Curitiba. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário das Finanças, encarecendo a instalação de uma agência bancária ou posto de atendimento do BANESTADO, no bairro de Campo Comprido, nesta Capital. **Aprovado. À Diretoria Legislativa.**

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, para que o mesmo determine junto à Secre-



taria da Agricultura, mais especialmente à CAFE do Paraná, quanto a instalação de uma Unidade de Beneficiamento de Mel no Município de Ponta Grossa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Reitoria e Diretório Central dos Estudantes da Universidade Católica do Paraná, propondo constituição de uma comissão de dois Senhores Deputados de cada bancada, para oferecer a intermediação da Assembleia Legislativa do Estado, para solução da greve dos estudantes da referida Universidade. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Presidente do INCRA, por intermédio do Ministério da Agricultura, encarecendo informações a respeito dos motivos que determinam o desconto do Município e não do Governo Federal (C.N.A.), o ITR - Imposto Territorial Rural, nos casos em que o Município é declarado em Estado de Emergência. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Ferrari Júnior e Tadeu França, constantes do expediente, solicitando o envio de expediente aos Senhores Diretores do Jornal "O Diário do Norte do Paraná", com voto de congratulações pela passagem do 10.º aniversário daquele órgão de imprensa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 92.º aniversário de emancipação política do Município de Clevelândia. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de apelo ao BNH e BNDES, encarecendo a liberação de recursos pleiteados pela SANEPAR, para implantação do Programa Paranaense de Fluoretação da Água Potável, conforme projeto que tramita naqueles órgãos federais. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando voto de saudação pela passagem do Centenário de Nascimento de Alfredo de Assis Gonçalves. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Rádio Clube Paranaense, pela passagem do 60.º aniversário de fundação. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a possibilidade de se desviar o tráfego atualmente existente na rodovia PR-317, no trecho contido na região pertencente ao Município de Engenheiro Beltrão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Senhora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a liberação de maior quantidade de merenda escolar para a Escola Estadual Monteiro Lobato - Ensino de 1.º Grau, no Município de Terra Boa. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo o exame quanto ao teor de água consumida pela população do Município de Engenheiro Beltrão. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo maior apoio para o setor de saúde e assistência médica hospitalar no Município de Barbosa Ferraz. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo a criação e instalação de um posto de saúde na localidade de Bela Vista do Piquiri, no Município de Nova Cantu. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte.

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei Complementar n.º 216/83 e dos Projetos de Lei n.ºs 46/84, 48/84, 50/84, 56/84, 83/84, 86/84, 88/84, 141/84.

3.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 12/84, 42/84, 49/84, 57/84, 94/84, e dos Projetos de Resolução n.ºs 35/84, 36/84, 37/84, 38/84, 39/84, 40/84, 41/84, 42/84, 113/84.

Levanta-se a sessão.

DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO – COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

BALANCETE DO MÊS DE ABRIL DE 1984

ATIVO		PASSIVO	
DISPONÍVEL		LIBERAÇÃO DA SEC. DAS FINANÇAS	
201.101 – Tesouraria	437.148.162,20	PESSOAL	2.132.800.000,00
		211.101 – Pessoal Civil	143.828.000,00
		211.104 – Obrig. Patronais	544.500.000,00
		211.105 – Inativos	115.000.000,00
		211.106 – Pensionistas	10.000.000,00
		211.107 – Salário Família	500.000,00
		211.108 – Outras Transf. a Pessoas	2.946.628.000,00
EXECUÇÃO DA DESPESA		OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO	
202.111.11 – Pessoal Civil	2.130.325.923,00	211.201 – Material de Consumo	95.000.000,00
202.111.22 – Obrigações Patronais	140.870.747,00	211.202 – Serv. de Terc. Encargos	801.838.000,00
202.112. – Material de Consumo	88.562.844,46	211.203 – Desp. dos Exerc. Anteriores	2.000.000,00
202.113. – Serv. de Terc. e Encargos	851.276.622,40	211.204 – Subvenções Sociais	106.662.000,00
202.114. – Desp. dos Exerc. Anteriores	1.927.839,47	211.205 – Apoio Financ. a Estudantes	- o -
202.121. – Subvenções Sociais	106.662.000,00	211.206 – Assist. Médico-Hospitalar	30.000.000,00
202.122.1 – Inativos	543.986.709,00	CAPITAL	
202.122.2 – Pensionistas	114.613.176,00	211.301 – Obras e Instalações	363.000.000,00
202.122.3 – Salário Família	9.877.132,00	211.302 – Equip. e Material Permanente	6.000.000,00
202.122.4 – Apoio Financ. a Estudantes	- o -		
202.122.5 – Assist. Médico-Hospitalar	20.000.000,00	CREDITORES	
202.122.6 – Outras Transf. a Pessoas	535.602,00	212.101 – Despesas Empenhadas	128.881.657,90
202.131. – Obras e Instalações	362.499.999,99	213.101 – Despesas Processadas	338.944.551,33
202.132. – Equip. e Mat. Permanente	16.678.488,00	213.20 – Folha de Pagamento	- o -
		213.30 – Restituições	677.359,62
		CONTAS PENDENTES	
		215.101 – Outras Contas Pendentes	2.246.616,03
		RESTOS A PAGAR	
		216.10 – Empenhadas	3.493.867,64
		216.209 – Processadas Creditores	142.551,00
		216.30 – Cred. em Consignações	- o -
		216.405 – Proc. Folha de Pagamento	- o -
		CREDITORES DIVERSOS	
		217.10 – Consignações	- o -
			474.386.603,52
TOTAL DO ATIVO	4.825.514.603,52	TOTAL DO PASSIVO	
			4.825.514.603,52

PALÁCIO "XIX DE DEZEMBRO", em 03 de maio de 1984.

(a) DIRETOR DE APOIO TÉCNICO

(a) COORDENADOR DE CONTABILIDADE

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA  
BALANCETE ENCERRADO EM 30 DE ABRIL DE 1984

ATIVO		PASSIVO	
DISPONÍVEL		EXIGÍVEL	
Banco do Estado do Paraná — Conta Corrente 3138	3.314.474,06	Seguro — Apólice 1331	1.057.780,00
Banco do Estado do Paraná — Conta Corrente 29600	647.650,00	Títulos Descontados	810.000.000,00
Caixa	2.238.412,00		811.057.780,00
REALIZÁVEL		PATRIMÔNIO	
Banco do Estado do Paraná — Poupança	801.086.911,40	Patrimônio Líquido	676.585.397,46
Caixa Econômica Federal — Poupança	71.490.542,72		
Valores Mobiliários	349.130.165,23		
Empréstimos Concedidos	22.734.994,42		
Títulos a Receber	810.000.000,00	RECEITA	
	2.054.442.613,77	Renda de Contribuições	279.995.895,00
		Renda de Títulos	310.970.536,22
		Juros de Empréstimos	13.690.963,98
		Outras Rendas	16.877.520,02
			621.534.915,22
IMOBILIZADO			
Móveis e Utensílios	30.100,00		
DESPESA			
Inativos	46.486.235,00		
Serviços de Terceiros	171.360,00		
Materiais de Consumo	132.135,00		
Seguros	113.475,00		
Despesas Bancárias	1.601.637,85		
	48.504.842,85		
	2.109.178.092,68		2.109.178.092,68

Reconhecemos a exatidão do presente balancete cujos valores somam a importância de Cr\$ 2.109.178.092,68 (dois bilhões, cento e nove milhões, cento e setenta e oito mil, noventa e dois cruzeiros e sessenta e oito centavos).

(a) TERCIO ALVES ALBUQUERQUE  
Tesoureiro

(a) ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI  
Presidente

(a) VICENTE PASCHOAL RODACKI  
Contador CRC PR-6635

FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR - FEPPA  
BALANCETE ENCERRADO EM 31 DE MAIO DE 1984

ATIVO	PASSIVO
<b>DISPONÍVEL</b>	<b>EXIGÍVEL</b>
Caixa	Seguro -- Apólice 1331
Banco Estado do Paraná - C/C 3138	Títulos Descontados
Banco Estado do Paraná - C/C 29600	
<b>REALIZÁVEL</b>	<b>PATRIMÔNIO</b>
Banco do Estado do Paraná -- Poupança	Patrimônio Líquido
Caixa Econômica Federal -- Poupança	
Valores Mobiliários	
Empréstimos Concedidos	
Títulos a Receber	
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>RECEITA</b>
Móveis e Utensílios	Renda de Contribuições
	Renda de Títulos
	Juros de Empréstimos
	Outras Rendas
<b>DESPESA</b>	
Inativos	
Serviços de Terceiros	
Materiais de Consumo	
Seguros	
Despesas Bancárias	
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>
2.238.412,00	1.763.380,00
4.965.497,06	795.000.000,00
1.880.051,66	
9.083.960,72	
876.745.564,74	
78.242.467,02	398.977.507,36
401.231.170,73	334.598.601,00
16.811.378,42	16.993.735,98
795.000.000,00	18.109.921,68
2.168.030.580,91	
30.100,00	
62.772.369,00	
228.480,00	
140.135,00	
141.280,00	
1.601.637,85	
64.883.901,85	
2.242.028.543,48	2.242.028.543,48

Reconhecemos a exatidão do presente balancete cujos valores somam a importância de Cr\$ 2.242.028.543,48 (dois bilhões, duzentos e quarenta e dois milhões, quinhentos e quarenta e três mil e quarenta e oito centavos).

(a) TERCIO ALVES ALBUQUERQUE  
Tesoureiro

(a) ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI  
Presidente

(a) VICENTE PASCHOAL RODACKI  
Contador CRC PR 6635